

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**VINÍCIUS RICARDO SALLIN**

**AS FACÇÕES E O GRUPO DA SEGURANÇA NO PRESÍDIO CENTRAL DE  
PORTO ALEGRE: RELAÇÕES EM UM SISTEMA SOCIAL COMPLEXO**

**Porto Alegre  
2008**

VINÍCIUS RICARDO SALLIN

AS FACÇÕES E O GRUPO DA SEGURANÇA NO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO  
ALEGRE: RELAÇÕES EM UM SISTEMA SOCIAL COMPLEXO

Dissertação apresentada para obtenção de grau de Mestre, pelo programa de pós-graduação da faculdade de psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Nedio Seminotti

Porto Alegre  
2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

VINÍCIUS RICARDO SALLIN

AS FACÇÕES E O GRUPO DA SEGURANÇA NO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO  
ALEGRE: RELAÇÕES EM UM SISTEMA SOCIAL COMPLEXO

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Nedio Seminotti  
Presidente

---

Prof. Dr. Giovani Agostini Saavedra  
Programa de Pós-Graduação em Direito - PUCRS

---

Profa. Dra. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PUCRS

---

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PUCRS

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado a condição de ter iniciado e chegado ao final desta jornada.

À Letícia, pelo incentivo, correções, conselhos e, principalmente, pelo seu amor.

À Clarisse e ao Everton, por estarem sempre ao meu lado e nos meus pensamentos.

Aos meus pais, irmãos, cunhados e sobrinhos, pelo apoio em todos os momentos.

Ao Prof. Dr. Nedio Seminotti, por sua orientação, lealdade e amizade.

Ao prof. Dr. Roque Moraes, pela disponibilidade em ensinar e auxiliar.

À bolsista de IC – FAPERGS - Júlia Corrêa, pelo apoio e dedicação.

Aos colegas do grupo de pesquisa Processos e Organizações dos Pequenos Grupos e, principalmente, à professora Dra Maria Lúcia Moraes, pelo incentivo, cooperação e amizade.

À direção do Presídio Central de Porto Alegre e ao Comando da Força Tarefa da Brigada Militar, por abrir as portas da instituição e corajosamente autorizar um estudo desse tipo.

Aos presos representantes de galeria do PCPA, pela sinceridade e disposição em colaborar.

Aos técnicos do PCPA, pelo acolhimento e espírito de cooperação.

À Sra. diretora Rozana Fagundes Cavalheiro, ao vice-diretor Sr Luis Antônio Dilélio e a assistente social Cíntia Leal Estigarríbia da Fundação Patronato Lima Drummond, por terem me dado a condição de dedicar-me a esse trabalho.

Às secretárias Claudia e Inês pela apoio e solidariedade.

### ***O complexo***

*-Mestre! quantos lados tem um caranguejo?*

*- Nove,  
o da frente e o de trás,  
o da esquerda e o da direita,  
o de cima e o de baixo,  
o de dentro e o de fora.*

*- Mas Mestre, eu contei apenas oito, qual é o nove?*

*- O nove é um lado Superior, que consegue ver todos esses lados ao mesmo tempo.*

(Mestre Gabriel e um de seus discípulos)

## RESUMO DA DISSERTAÇÃO

O tema do presente estudo são as facções, postas em discussão a partir das implicações individuais, grupais e institucionais, focada nas relações que se estabelecem entre presos e funcionários da segurança do Presídio Central de Porto Alegre, mais especificamente entre as facções e a administração do presídio. A dissertação é composta por duas seções: a *seção I, instituição prisão, grupos, facções e indivíduo: relações cooperativas na lógica da autopreservação*, é um aprofundamento teórico que inicia por um contexto atual das facções, abrindo para uma reflexão sobre indivíduos, grupos e instituição, os quais serviram de base para tratamento das relações entre os dois grupos por operadores teóricos da complexidade. Essa primeira parte, de caráter teórico, favoreceu a delimitação dos pontos a serem investigados no trabalho empírico. O relatório de pesquisa deste trabalho, na *seção II da dissertação, A relação entre as facções e o grupo da administração: co-operando pelos princípios auto-organizativo e autopoietico*, é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo principal compreender como se organizam as relações entre as facções e o grupo da segurança, sendo essas relações consideradas estratégias que objetivam administrar e reduzir os conflitos no presídio. Para isso utilizou-se uma abordagem qualitativa e pressupostos teórico-metodológicos sistêmicos complexos, a partir das idéias de Edgar Morin e Humberto Maturana. Ao final da dissertação, evidenciou-se que os grupos, o indivíduo e a instituição prisão operam como sistemas interligados. As relações entre as facções e agentes de segurança sofreram rearranjos de caráter cooperativo e são considerados, do ponto de vista da autopreservação dos sistemas, estratégias. São processos auto-organizativos e autopoieticos que visam minimizar os conflitos violentos.

**Palavras-chave:** facções; sistema penitenciário; processos grupais; sistemas complexos; Presídio Central de Porto Alegre.

## DISSERTATION ABSTRACT

The present study subject is prison gangs, discussed considering individual, group and institutional implications, focusing on the relations established between prisoners and security staff at Presidio Central de Porto Alegre, and more specifically between prison gangs and prison administration. This dissertation contains two sections: *Section 1, Prison, groups and individuals: cooperative relations through the logic of self preservation*, which is a theoretical study starting with the current context of prison gangs, going to a reflection on individuals, groups, and institution. Those were the basis where the relations between the two groups were studied using the theoretical references of complexity. This first part, mainly theoretic, helped defining the aspects to be investigated on the empirical paper. Section 2 is the research report of this dissertation: *Relations between prison gangs and prison administration, operating through self organization and autopoietic principles*. The main objective was to understand how relations between prison gangs and security staff happen, considering that these relations are strategic to administrate and reduce violent conflicts inside prison. A qualitative methodology was used with the ideas of Edgar Morin and Humberto Maturana. By the end of the research there was evidence that groups, individuals and the institution operate as interconnected systems. The relations between prison gangs and security staff were reorganized in a cooperative way and are considered, from system self preservation point of view, strategies. They are self organizing and autopoietic processes aimed to reduce violent conflicts.

**Key words:** prison gangs, group processes, complex systems, Presídio Central de Porto Alegre

## **LISTAS DE SIGLAS**

ATD - Análise Textual Discursiva

PCPA – Presídio Central de Porto Alegre

SUSEPE – Superintendência dos Serviços Penitenciários

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>12</b>
<b>SEÇÃO I - INSTITUIÇÃO PRISÃO, GRUPOS, FACÇÕES E INDIVÍDUO: RELAÇÕES COOPERATIVAS NA LÓGICA DA AUTO- PRESERVAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>13</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>14</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 OS GRUPOS NO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE.....</b>	<b>16</b>
<b>3 INSTITUIÇÃO, GRUPOS, FACÇÕES E INDIVÍDUO.....</b>	<b>21</b>
<b>4 UM SISTEMA COMPLEXO, AUTOPOIÉTICO E AUTO-ORGANIZATIVO..</b>	<b>27</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>
<b>SEÇÃO II – A RELAÇÃO ENTRE AS FACÇÕES E O GRUPO DA ADMINISTRAÇÃO: CO-OPERANDO PELOS PRINCÍPIOS AUTO- ORGANIZATIVO E AUTOPOIÉTICO.....</b>	<b>43</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>43</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>44</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>45</b>
<b>2 MÉTODO.....</b>	<b>49</b>
2.1 DELINEAMENTO.....	49
2.2 PARTICIPANTES.....	50
2.3 INSTRUMENTOS/ESTRATÉGIAS.....	50
2.4 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS/INFORMAÇÕES.....	51
2.5 PROCEDIMENTO PARA A ANÁLISE DE DADOS/INFORMAÇÕES.....	52
2.5.1 Categorias iniciais.....	53
2.5.2 Categorias finais.....	59
<b>3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>60</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>72</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO.....</b>	<b>75</b>
<b>APÊNDICE A - ENTREVISTAS INDIVIDUAIS SEMI-ESTRUTURADAS.....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE B – GRUPO FOCAL.....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE C -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – entrevista individual semi-estruturada.....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE D -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – grupo focal.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>83</b>

## INTRODUÇÃO DA DISSERTAÇÃO

As facções são hoje um fenômeno preocupante, característica do sistema penitenciário brasileiro, apesar dos estudos concluírem que os presos se organizam em grupos por todo o mundo e por diferentes questões, como por exemplo: nos Estados Unidos, por etnias (DANITZ, 1998) na Argentina, por tipo de delitos (NEUMAN; IRURZUN, 1968), na África, em torno de rituais a figuras semi-mitológicas (STEINBERG, 2004) e no Brasil, entre várias questões, pela lealdade a um líder.

Para este pesquisador, o interesse pelo tema iniciou a partir da conclusão de uma pesquisa que se propôs a investigar os motivos das fugas no regime semi-aberto<sup>1</sup> e que apontou a perseguição, por grupos rivais, como o segundo maior motivo das fugas dos presos de estabelecimentos penais da grande Porto Alegre. Desde então, foi constante o aprofundamento no tema, sempre por um viés social na busca das peculiaridades das facções e as implicações institucionais para a existência e manutenção desses grupos.

Nesse sentido, a elaboração do artigo “Facções na prisão sob o olhar da complexidade” (SALLIN 2005), como mais uma experiência do pesquisador no tema desses grupos de presos, delimitou o Presídio Central de Porto Alegre como local, contexto do estudo, por entender que ali se originou os grupos organizados no Rio Grande do Sul. Na questão teórica, foi dado a esse texto um tratamento sistêmico complexo a partir das idéias do sociólogo Edgar Morin. Foram, também, levantadas questões relacionadas aos jogos de poder que operavam nas relações dos presos com a instituição, agentes e, inclusive, a implicação do Estado, enquanto poder público na visibilidade e reconhecimento das facções, levando-as ao status de fenômeno mais importante do sistema prisional na atualidade.

Nesse momento da reflexão, que tinha por base também a experiência profissional do pesquisador, germinaram algumas idéias relacionadas ao quanto, dentro dos grupos de presos, observava-se a solidariedade e o companheirismo, sem esquecer que existia também, a violência e a imposição. A solidariedade foi se traduzindo pelo que se chamou

---

<sup>1</sup> SALLIN, Vinícius. **Motivos preponderantes do alto Índice de Fugas do Regime Semi-aberto**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Monografia (Especialização em Ciências Penais). Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

de *relações de cooperação*. Nesse instante, compreendeu-se, aportados em teóricos da complexidade, que essa forma do sistema facções de se organizar, na lógica da cooperação, era uma realidade não somente no interior das facções, mas em toda a composição sistêmica da prisão. O que chamou atenção, inicialmente, foi as peculiaridades das relações entre as facções e o grupo da segurança, que demonstravam interações entre os grupos de modo cooperativo e depois, a história do sistema penitenciário e do Presídio Central de Porto Alegre, que nos anos oitenta e noventa, conforme Dornelles (2008), ocorreram os grandes motins e fugas. Esses distúrbios, nos anos seguintes e até agora, pelo menos naquelas proporções, não foram mais registrados. Tudo isso fez com que se relacionasse esse modo de conviver atual entre dois grupos, antes rivais e agora parceiros, com a diminuição dos motins, tão recorrentes em tempos anteriores. Nesse sentido, levanta-se a hipótese de que há, entre presos e agentes de segurança, relações de cooperação como estratégia para a diminuição dos motins.

Entretanto, para discutir essa questão norteadora seria necessário um aporte teórico que explicasse qual a lógica desses movimentos sociais de aproximação entre grupos e que, principalmente, fizesse sentido a um estudo de cunho social que se propunha romper com a linearidade do senso comum e alguns estudos da criminalidade que se referem às facções pela lógica, por exemplo: da personalidade criminosa ou da impunidade. Estudos esses, que desprivilegiam a compreensão complexa do fenômeno facção, responsabilizando o preso ou o código penal pela condição do indivíduo de marginalidade e de exclusão.

Por outro lado, na lógica de uma demanda de inclusão do homem preso, neste estudo, as idéias e os princípios do pensamento sistêmico complexo demonstraram ser um aporte teórico-metodológico consistente para organizar uma reflexão sobre as relações entre facções e grupo da segurança no PCPA. A *autopoiese*, em Maturana, e a *auto-organização*, em Morin, que compuseram a dissertação nas duas seções, foram pressupostos que simplificaram e possibilitaram algumas compreensões de um tema de extrema complexidade. As seções referidas – a primeira, de cunho teórico, e a segunda, empírica –, com o mesmo foco, procuraram lançar um novo olhar sobre o sistema penitenciário e que, de forma preliminar, se pode dizer que se trata de um sistema social complexo e que na busca de sua manutenção e sobrevivência apresenta, no seu interior, relações entre grupos que operam na lógica da cooperação pelos princípios auto-organizativos e autopoieticos.

## REFERÊNCIAS

DANITZ, Tiffany. The gangs behind bars (prison gangs). **Insight on the News**. v. 14, n. 36, sept. 28, 1998.

DORNELLES, Renato Nunes. **Falange Gaúcha: O Presídio Central e a História do Crime Organizado no RS**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2008.

NEUMAN, E; IRURZUN, V. J. **La Sociedad Carcelaria: Aspectos Penológicos y Sociológicos**. Buenos Aires: Ediciones Depalma, 1968.

SALLIN, Vinícius; SEMINOTTI, Nedio. Facções na Prisão sob o Olhar da Complexidade. **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias**, Pelotas/RS, v. 4, n. 1, p. 89-103, jan.-dez., 2005.

STEINBERG, Jonny. **The Number**. Cape Town: Jonathan Ball Publishers. Disponível em: <[www.nyamnjoh.com/2006/04/book\\_review\\_the.html](http://www.nyamnjoh.com/2006/04/book_review_the.html)> . 2004. Acesso em: 25 de junho de 2007.

## **SEÇÃO I - INSTITUIÇÃO PRISÃO, GRUPOS, FACÇÕES E INDIVÍDUO: RELAÇÕES COOPERATIVAS NA LÓGICA DA AUTOPRESERVAÇÃO**

### **RESUMO**

A presente seção colocou em discussão os grupos organizados de presos do Presídio Central de Porto Alegre, tendo como foco o modo de conviver dessas facções com o grupo da segurança. Depois de introduzido o tema, foram descritas as condições do momento atual do PCPA, com o objetivo de contextualizar, dentro desse estabelecimento, as facções, seu modo de operar e se organizar na relação com a equipe da administração. Em seguida iniciou-se uma discussão teórica que abriu para a reflexão e compreensão da instituição prisão, os grupos e o indivíduo a partir de autores de diferentes perspectivas teóricas. Essa construção teórica foi suporte para aprofundar a proposição central deste artigo, que é discutir as relações entre os grupos de agentes e presos organizados a partir do pensamento sistêmico complexo, aplicando, nessas relações, os princípios auto-organizativo e autopoietico, concebidos por Edgar Morin e Humberto Maturana. Concluímos o artigo considerando que a instituição prisão, os grupos e o indivíduo como sistemas no sistema PCPA operam na lógica da autopreservação, por um processo auto-organizativo e autopoietico, expressos nas relações de cooperação para evitar conflitos violentos.

**Palavras-chave:** sistema penitenciário; facções; instituição prisão; processos e organizações grupais; sistemas complexos.

## ABSTRACT

This section discussed prison gangs, here named as prisoner organized groups, at Presídio Central de Porto Alegre, focusing on how prison gangs and security staff relate to one another. After the introduction, the current conditions of Presídio Central de Porto Alegre were described aiming to contextualize the institution, the prison gangs in there, the way they work and organize themselves, and how they relate to prison administration. The subsection *theoric discussion* opened to a reflection and understanding of prison as an institution, groups and individuals from different theoretic perspectives. The theoretic construction was the basis to study the main objective of this section deeply which is to discuss the relations between security staff and prisoners organized groups from complex systems thinking, using as well, the principles of selforganization and autopoiesis of Edgar Morin and Humberto Maturana. The conclusion of this article states that the institution, groups and individuals as systems inside Presídio Central de Porto Alegre operate through the logic of self preservation in a selforganizational and autopoietic principle shown off at cooperative relations established to avoid violent conflicts.

Key words: prison system, prison gangs, prison institution, group processes, group organization, complex systems.

## 1 INTRODUÇÃO

Os grupos humanos e seus processos no sistema penitenciário são pouco explorados pelos trabalhos científicos. Especificamente, no que diz respeito aos grupos dos presos organizados, encontram-se, na maioria das vezes, temáticas relacionadas à violência entre facções, suas ligações com o crime externo, as formas de organização dos presos com códigos rígidos e a ênfase nas lideranças. Segundo Sá (2003), a academia não demonstra compromisso com a questão penitenciária, preocupando-se somente em fazer o diagnóstico do cárcere e dos que nele vivem. Para esse autor, a academia deveria ter a humildade de buscar a compreensão das pessoas e da situação dentro da prisão, em uma relação de simetria e de ajuda e, se utilizar do diagnóstico para levantar as demandas no sentido da inclusão social desses indivíduos. É nessa mesma linha de pensamento que este artigo discute as relações entre as facções, as quais são compostas pelos presos organizados, e o grupo da segurança, formado por policiais militares no Presídio Central de Porto Alegre. Dessa forma, põe-se em discussão um modo de conviver entre os dois grupos, o qual, do ponto de vista da sociedade, se caracteriza pela hostilidade. Visto de outro lugar, esses grupos desenvolvem acordos tácitos e explícitos, demonstrando uma relação de cooperação para reduzir a violência e a rivalidade a níveis toleráveis de convivência, assim diminuindo a tensão produzida nos indivíduos pela sensação de perigo pelo risco eminente de morte.

Apoiado em princípios sistêmicos complexos, a partir do biólogo Humberto Maturana e do sociólogo Edgar Morin, este artigo propõe a compreensão das relações que se estabelecem entre os referidos grupos no PCPA como um processo autopoiético e auto-organizativo. Para se chegar a esse entendimento, inicialmente se utiliza referenciais teóricos diversificados, que contribuem para que se compreenda melhor os processos institucionais, grupais e individuais na prisão.

O artigo contém três subdivisões entre essa introdução e as suas considerações finais. A primeira contextualiza o fenômeno, a qual especifica a situação atual dos grupos de presos no PCPA – denominada *Os grupos no Presídio Central de Porto Alegre* – e duas de caráter teórico – *instituição, grupos, facções e indivíduo* e *um sistema complexo, autopoiético e auto-organizativo*.

A contextualização serve para apresentar e dar visibilidade a um fenômeno pouco discutido nos estudos acadêmicos. Nesse mesmo sentido, a discussão teórica abre para uma compreensão embasada em autores que se dispuseram a investigar as instituições, os grupos e a prisão, mesmo que esses autores pertençam a epistemologias diferentes do pensamento sistêmico complexo. Para isso, procurou-se a todo instante recorrer ao “princípio dialógico” (MORIN, 1996a, p. 189) como forma de contemplar lógicas do paradigma tradicional e do emergente num diálogo que supõe complementaridades e paradoxos e não redução a uma ou a outra lógica.

Vasconcelos (2002) refere que uma fundamentação teórica em um estudo na perspectiva da complexidade deve assumir a multidimensionalidade do fenômeno social, trazendo para o debate interno um leque de perspectivas teóricas, disciplinares e paradigmáticas em um campo de alianças e contribuições interdisciplinares. Segundo Vasconcellos (2003), o pensamento sistêmico, como um emergente paradigma da ciência, integra os conhecimentos desenvolvidos pela ciência tradicional. Ele possibilita a reflexão sobre as implicações epistemológicas e ontológicas dos fenômenos, buscando ultrapassá-las sem negá-las.

A construção teórica: *instituição, grupos, facções e indivíduo*, será suporte para aprofundar a proposição central deste artigo na próxima subseção, que é discutir as relações entre os grupos de agentes e presos organizados a partir do pensamento sistêmico complexo, e aplicando, nessas relações, o princípio auto-organizativo e autopoietico. O argumento do artigo é de que esse sistema social se processa autopoieticamente, ou seja, se autoproduz em relações que primam pela transformação e conservação dos sistemas individuais e coletivos.

## **2 OS GRUPOS NO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE**

Fundado em 1959 com o nome de Casa de Prisão Provisória, o Presídio Central de Porto Alegre é hoje o maior estabelecimento penal do Rio Grande do Sul. É considerado a porta de entrada do sistema penitenciário do Estado, pois seu objetivo é receber homens

presos em flagrante e capturados pela justiça, mantendo-os em regime fechado<sup>2</sup> em situação provisória, isto é, indivíduos que não foram julgados definitivamente. Entretanto, na atual população carcerária do PCPA, se misturam presos provisórios, condenados definitivos e, inclusive, presos que deveriam estar em unidades de regime semi-aberto<sup>3</sup> por já terem recebido o benefício, mas que ficam aguardando vagas nesses estabelecimentos.

Quatro mil e duzentos presos em cinco pavilhões e dezoito galerias se organizam em grupos no interior da prisão. Os grupos são: os “Crentes”, unidos pela prática religiosa evangélica ou católica, os “Duque”, presos que praticaram crimes sexuais e criaram seu próprio espaço por não serem aceitos em nenhum outro grupo, e o grupo situado na galeria B2, que abriga indivíduos com nível de escolaridade superior, policiais civis, militares e funcionários penitenciários. Os outros grupos organizados são chamados de facções e se diferem dos demais por serem formados por presos com laços de pertencimento, fidelidade ou submissão aos líderes e se caracterizam pela rivalidade entre eles, alguns baseando suas ações no tráfico de drogas e até mesmo no crime externo aos muros da prisão (ROLIM, 1999). No Presídio Central, os grupos/facções são denominados “Os Manos”, “Os Unidos pela Paz” e “Os Aberto”. Esses estão organizados em galerias, onde há, em média, trezentos presos e, entre esses, aproximadamente trinta estariam ligados diretamente ao comando das facções, sendo esse subgrupo composto pelo líder e seus auxiliares. O líder é chamado de “plantão”, “prefeito” ou “representante da galeria”, e é escolhido pelo grupo de presos que estão comprometidos com a facção, levando em consideração sua capacidade de liderança, negociação e autoridade. O representante de galeria<sup>4</sup> é responsável pelo controle dos conflitos entre os presos das galerias e pela imposição das regras aos comandados, e representa os presos nas reivindicações dirigidas ao comando da segurança.

Os três grupos/facções que se originaram no PCPA hoje cresceram significativamente em número de integrantes, tomando dimensões que possibilitaram sua expansão pelas unidades de regime semi-aberto. O que antes era uma característica somente do presídio, no que diz respeito à facção no controle das galerias, atualmente é uma

---

<sup>2</sup> É o regime que se caracteriza pelo maior controle e vigilância dos presos, sendo considerado um regime de contenção rigorosa onde o indivíduo cumpre a prisão provisória, preventiva ou a condenação no interior da prisão, sem os benefícios de saídas temporárias ou trabalho externo ao âmbito do presídio.

<sup>3</sup> É o regime de transição do regime fechado para o regime aberto, no qual há um menor controle e vigilância, podendo o preso se beneficiar do trabalho externo e saídas temporárias.

<sup>4</sup> Nomenclatura mais difundida no sistema penitenciário para designar o líder dos presos na galeria.

realidade também nas unidades de regime semi-aberto. Cada estabelecimento penal de regime semi-aberto tem uma facção no comando dos presos, impondo a eles seus códigos de conduta e regras de permanência. Para exemplificar, uma dessas facções domina os presos do Instituto Penal de Marante e sua liderança permite que permaneçam nesse estabelecimento somente os indivíduos que pertenceram a esse grupo quando iniciaram o cumprimento da pena no PCPA ou aqueles presos que nunca integraram outro grupo rival a essa facção. Essa realidade, relacionada às perseguições de indivíduos por grupos rivais, está associada a grande parte dos motivos de fugas de presos no regime semi-aberto (SALLIN, 2003).

As facções constituem identidade por crenças, valores, formas de organização e participação nos jogos de poder da instituição, além das regras de conduta. Assim, as rivalidades entre esses grupos, se explicam por questões relativas a esses pontos. Entretanto, em síntese, a questão principal das desavenças no PCPA reside na incapacidade de uma facção aceitar a forma como outra facção se relaciona com o comando da Brigada Militar.

De maneira simplificada, pode-se dizer que, enquanto uma das facções colabora com a administração da Brigada, a outra tem como princípio não aceitar o controle, considerando-se inimiga do grupo da segurança ou de qualquer outro grupo organizado de presos. Existe ainda uma facção que não se posiciona nem contra nem a favor da administração do presídio e não considera os presos de outras facções como rivais.

Quanto ao grupo da segurança, a responsabilidade pela guarnição do Presídio Central desde o ano de 1995 é de competência da Brigada Militar. A troca de controle passou da Superintendência dos Serviços Penitenciários para a Brigada pelas recorrentes conturbações no presídio, as quais, na época, foram consideradas resultantes da falta de comando e das más estratégias de gerenciamento. O acontecimento principal que levou a essas mudanças está relacionado à repercussão do motim de 1994 no PCPA, onde um grupo de presos de uma facção fez funcionários reféns e, em fuga pela cidade, promoveu uma madrugada de tensão em vários bairros de Porto Alegre (ELMIR, 2005, COIRO; CASAGRANDE, 1997).

O grupo de oficiais e soldados designados para a missão de administrar o PCPA foi chamado de *Força Tarefa*. Entretanto, essa, que era considerada uma missão temporária da

Brigada, tem onze anos de atividade e tem sido automaticamente renovada a cada ano. Atualmente, esse grupo da Brigada é composto de duzentos e vinte homens e mulheres. As mulheres desenvolvem suas funções nas salas de revistas, trabalhando diretamente na revista dos familiares que visitam os presos.

Nos anos oitenta e noventa foram recorrentes os motins e tentativas de fuga no PCPA (DORNELLES, 2008) e, com o objetivo de inibir essas ações que eram resultado das reivindicações não atendidas dos presos, a administração do presídio instaurou uma “linha estratégica de negociação”, que se sustenta no reconhecimento institucional das facções (GUINDANI, 2002, p. 107). Essa estratégia, iniciada em 1997, e que continua até hoje, aceita a participação dos presos nas decisões administrativas a partir de reuniões compostas pelos Representantes de Galeria e o comando da Brigada Militar. Sallin e Seminotti (2005), diante dessas estratégias, sustentam que há entre as facções e a equipe da segurança uma relação de cooperação.

Nesse sentido, em entrevista ao jornal Zero Hora, 2004, o Promotor da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre ao referir-se aos códigos das facções, afirma: “O importante para as autoridades é admitir a existência dessas normas não-escritas e tentar reduzir os atritos que possam levar às perturbações na rotina das casas prisionais” (ESPERANÇA, 2004, p. 42). Parece, com isso, demonstrar o reconhecimento e a importância das facções para a instituição prisional, inclusive nas instâncias superiores do poder judiciário.

As relações entre as facções, por seu representante de galeria, e o grupo de segurança, por policiais militares, se efetivam no chamado *Setor de Supervisão*. Esse setor tem como chefe um tenente e como adjuntos, três sargentos. A supervisão tem como objetivo receber, por parte dos presos representantes de galeria, reivindicações de caráter individual, como: providenciar atendimento técnico, incluindo médico, psicológico, social e jurídico, autorizar a entrada de materiais para artesanato ou equipamentos eletrônicos e informar o nome da pessoa que o preso quer que seja seu visitante ou, se necessário, fazer a troca desses nomes, além dos pedidos de transferência para outras unidades prisionais.

As demandas de caráter coletivo podem ser desde a instalação de lâmpada elétrica, de chuveiro ou tomada de luz na galeria para uso comum, até o pedido de providências para falta de água ou de energia elétrica. Existem também solicitações que visam alterar rotinas

operacionais e administrativas da Brigada Militar. Algumas dessas geram certa tensão, por se tratarem de reclamações de abuso de agentes, tratamento desumano aos visitantes, demora nas transferências dos presos que já alcançaram o benefício do regime semi-aberto, superlotação, alimentação precária e falta de atendimento médico, psicológico e jurídico. Outras questionam decisões que competem ao poder judiciário, como, por exemplo, a reimplantação de revista íntima nos presídios, demora nas determinações judiciais de exames para troca de regime para presos que já atingiram o lapso temporal no regime fechado, questões burocráticas que dificultam a entrada dos visitantes e transferências dos líderes de facções para outras unidades.

Os impasses criados entre a expectativa dos presos em ter suas questões resolvidas e a impossibilidade momentânea da administração em atender a essas reivindicações, promovem desequilíbrios nas relações entre os dois grupos, que pode iniciar por uma “bateção”<sup>5</sup> ou greve de fome, podendo até chegar a um motim e, em consequência disso, a um possível confronto violento entre a equipe da segurança e os presos. Essas conturbações podem também gerar atritos entre grupos rivais de presos, se for uma questão que envolva luta de facções por maior espaço ou poder na prisão. Entretanto, o que atualmente vem ocorrendo é um processo de conciliação entre as partes, o qual prioriza a negociação e, conseqüentemente, a solução dos conflitos antes que esses se instalem.

Para ter uma melhor compreensão da dinâmica do presídio enquanto sistema mais amplo que envolve grupos na qualidade de sistemas menores é necessário fazer referência a um terceiro grupo: a equipe técnica, que é composta por assistentes sociais, psicólogos, médicos, enfermeiros e advogados. Todos esses profissionais desempenham atividades em setores isolados entre si. No entanto, os psicólogos e assistentes sociais têm funções associadas nas ações chamadas de tratamento penal, que é o acompanhamento psicológico e social e avaliações para progressão de regime dos internos do PCPA. Mesmo que o grupo de técnicos não esteja diretamente ligado com as relações propostas neste ensaio, essa equipe se envolve em processos que dizem respeito a tais relações e é campo de fluxo de informações e comunicações entre presos e agentes.

---

<sup>5</sup> Os presos de uma galeria ou de todo presídio batem nas grades com instrumentos metálicos, com objetivo de criar tensão entre os funcionários e de anunciar que estão preparados para um confronto.

### **3 INSTITUIÇÃO, GRUPOS, FACÇÕES E INDIVÍDUO**

Segundo Foucault (2000), a prisão e a justiça penal funcionam como um espetáculo, fazendo crer que atendem a uma demanda social de necessidade de controle. A prisão sugere que os delinquentes estão bem disciplinados, inativos e isolados e que o aparelho policial continua vencendo a luta do bem contra o mal. Existe uma falsa idéia de ascetismo em um sistema punitivo que, no entanto, produz violência e delinquência. Ocorre, assim, um processo circular no sistema: polícia, prisão e delinquência. Nesse processo, a polícia prende e dessa forma fornece à prisão o infrator. A prisão, por sua vez, transforma o infrator em delinquente, que quando alcança liberdade, novamente é alvo do controle policial e, na maioria das vezes, é mandado de volta à prisão. Assim se forma a clientela do sistema penitenciário. São indivíduos que recorrentemente serão presos ou perseguidos. São pessoas que passaram de infratores, alguns até ocasionais, para infratores-delinquentes, empurrados pelo sistema penal a um regime de exclusão. “A prisão não pode deixar de fabricar delinquentes” (Foucault, 2000, p. 222).

Nesse sentido, Barata (2002) se refere à “teoria das carreiras desviantes e do recrutamento dos criminosos” (p. 180), ou seja, o sistema penal produz um indivíduo que fica aprisionado em uma lógica de exclusão e delinquência e, de certa forma é o que explica o elevado número de reincidentes que compõe a atual população carcerária. A partir dessa concepção, que atribui à prisão a criação de sua própria clientela, pode-se avaliar a dimensão significativa e, de certa forma, preocupante que tem os grupos organizados no contexto atual do sistema penitenciário. Mesmo que suas relações sejam também de mútua cooperação, os homens presos são diariamente introduzidos em galerias e grupos, em um regime que deixa poucas escolhas que promovam seu afastamento de uma cultura de criminalidade, uso de drogas e exclusão, sendo jogados a toda sorte na dependência de presos institucionalizados. Apesar da forma mencionada, que indica uma realidade nessas organizações, que levam os presos ao subjugamento e à insegurança, as facções são, hoje, reconhecidas pelo grupo da administração, tendo legitimidade e poder para discutir e decidir procedimentos padrões e as relações na prisão.

Por esse motivo, é necessário discutir a participação das facções nas decisões administrativas e operacionais de qualquer estabelecimento prisional, nesse caso, do PCPA. Como indicamos, as facções são grupos estruturados a partir de um núcleo verticalizado de liderança, o qual impõe códigos de conduta e julgamentos aos internos de sua galeria. Dessa forma, o reconhecimento das facções, por parte da direção, fortalece esse tipo de liderança, reafirmando sua notoriedade no sistema penitenciário e o poder sobre o restante dos presos.

Esse poder se expressa desde o ingresso do indivíduo na galeria, onde se depara com uma organização social diferente da que vivia até então. Para ele, o grupo de presos, naquele local, pode ser um sinal de um mínimo de tranquilidade, por significar estar dividindo um espaço com pessoas, à primeira vista, com necessidades similares às suas. Entretanto, logo ele descobre que sua permanência e segurança nesse local dependem da sua disposição em seguir os códigos de conduta impostos pelo grupo que comanda a galeria.

Isso mostra que, na maioria dos casos, os sujeitos integram-se ao grupo não por se identificarem com a facção, e sim por uma questão de falta de opção: primeiro, por proteção a sua integridade física e, em segundo lugar, pela necessidade da socialização e adaptação ao meio social em que foram inseridos, processo esse que Bitencourt (1993) chama de *prisionização*.

Aqui, colocam-se em destaque essas duas justificativas de adesão do preso ao grupo organizado como uma estratégia de simplificação de um fenômeno que se reveste de complexidade, ou seja, que a motivação para um sujeito participar de qualquer sistema social, está além disso e, assim devendo ser tratada como um fenômeno complexo, a partir de um conhecimento multidimensional que leva a questões interconectadas e multifatoriais.

Nesse sentido, Morin (1996a) explica que o pensamento complexo busca respeitar a todas as dimensões, reconhecer a existência de muitos fatores e, mesmo assim, fornecer algumas informações e simplificações como modos de enfrentar a complexidade.

No que diz respeito à primeira causa, a autopreservação do indivíduo, Danitz (1998), referindo-se às prisões americanas, afirma que as gangues nas prisões ou facções se originam de uma necessidade de defesa dos presos contra as extorsões, o racismo e ao que

ele chamou de internos predadores, sendo esses indivíduos os que se fazem valer da força física e das armas para ter controle sobre os outros internos.

Segundo parece, Oldoni (2002) se coloca na mesma linha de pensamento ao afirmar que no Brasil, o Comando Vermelho, a mais antiga facção do sistema penitenciário brasileiro, se originou nos anos setenta no Presídio da Ilha Grande no Rio de Janeiro, a partir da necessidade de defender os presos desprotegidos e aqueles sem qualquer assistência familiar.

Nessa perspectiva, Lourau (1995) se refere ao “bando” como um tipo de grupo que se caracteriza por uma estratégia que consiste em esmagar ou rechaçar o bando vizinho, fazendo desse um adversário, indicando assim a fragilidade na segurança sentida no interior da prisão. O preso sabe que simplesmente por pertencer a uma galeria, onde um grupo está na liderança, faz dele um alvo de outro grupo rival. Então o que se espera é que o preso se aproxime das lideranças de sua galeria para sua segurança, ou seja, a coesão ao grupo é vista como prevenção à violência que paira no ambiente. Como forma de explicar a violência proposta pela facção ou bando, Lourau (1995) se refere a um “individualismo grupal”, querendo dizer, com isso, que esse tipo de grupo é uma unidade que tende a não reconhecer os demais grupos e a autoridade instituída como legítimas. Esse pensamento sugere que esse autor acompanha o pensamento comum entre os teóricos de pequenos grupos formalmente instituídos, os quais indicam que um conjunto de indivíduos é uma unidade que tende a ter uma mente comum ou uma representação coletiva (PICHON RIVIERE, 1982; ZIMERMAN; OSORIO, 1997) e uma única ideologia (BAULEO, 1975). Nesse caso, a facção se caracterizaria por uma unidade-entidade que se opõe a qualquer outro grupo e a instituição em que está inserida. Lapassade (1989), nessa mesma linha de pensamento, refere que esse tipo de grupo, dito “natural” tem dois fatores de coesão principais: a necessidade humana de relações interpessoais e de segurança de cada indivíduo. A segurança é uma das finalidades explícitas do sujeito ao integrar um grupo na prisão, pois aquele que adere às normas desse grupo tem sua integridade física preservada. Já aquele que não, como afirma Lapassade (1989), “o desviante” (p. 71), é rejeitado por colocar um problema de insubordinação para o grupo e, no caso específico da prisão, será banido ou sofrerá violência física.

Esses problemas, resultantes da imposição dos códigos de conduta, demonstram que as facções não fogem à regra do que se escreve sobre psicologia dos grupos, inclusive no que diz respeito à origem e à definição de grupo de qualquer tipo e em qualquer contexto. Pichon-Rivière (1982) define-os como indivíduos em uma situação de inter-relação, com objetivos em comum, baseados na cooperação, em códigos e em normas específicas. A facção, é claro, possui a ressalva de ser composta por indivíduos vivendo em uma situação de não-liberdade e, de certa forma, coagidos a se agrupar.

O “processo de prisionização” ou a necessidade de socialização como segundo motivo para o sujeito integrar o grupo, segundo Bitencourt (1993), acontece com a entrada do indivíduo na prisão. Ele adapta-se ao modo de vida no cárcere e aceita os costumes e os códigos impostos pelo grupo dos presos que lá já estavam. “Adota, por exemplo, uma nova forma de linguagem, desenvolve hábitos novos no comer, vestir, aceita o papel de líder, ou de papel secundário nos grupos de internos, faz novas amizades, etc.” (BITENCOURT, 1993, p. 171). É como se dá o processo de socialização, sendo semelhante ao que ocorre com as crianças, quando estão apreendendo os modelos de comportamento social, como afirma Bitencourt (1993), ou seja, não há como viver num grupo sem submeter-se, mesmo que em parte, a sua cultura. Relativo a estes modelos de comportamento, Berguer e Luckmann (1995) explicam: “Toda atividade humana está sujeita ao hábito. Qualquer ação repetida torna-se moldada em um padrão, que pode em seguida ser reproduzido com economia de esforço e que, *ipso facto*, é apreendida pelo executante como tal padrão” (p. 77).

O preso, nesse processo de consolidação de rotinas e de novos hábitos, busca tornar o ambiente menos hostil. Com limitadas opções de escolhas de comportamento, engaja-se em modelos e fornece uma direção objetiva ao pensamento e às ações. Seus atos assim ficam em acordo com o meio, adaptado às circunstâncias do espaço onde vive, propiciando a ele o conhecimento de seus limites e uma relativa tranquilidade para transitar e se relacionar com segurança em um ambiente menos inóspito. Maturana (2002) explica que um indivíduo humano se preserva e realiza como ser vivo e social quando sua conduta se adapta e participa da rede de interações que ocorre naquele sistema social. Na base da conservação da vida do ser humano está seu operar em acordo com o sistema social a que pertence. Prova disso é que se o elemento indivíduo não tem condutas apropriadas é

eliminado pelo sistema, para a sobrevivência ou conservação do próprio sistema. Assim, Maturana (1997) refere que existe uma pressão seletiva para a constituição de inter-relações entre as unidades integrantes de um sistema, nas quais acoplam e produzem relações constitutivas para a conservação do sistema. “Os sistemas sociais são constitutivamente conservadores” (MATURANA, 2002, p. 201).

Einat (2007), estudando as prisões de Israel, concluiu que os presos aderem rapidamente aos códigos existentes na prisão, pelo sentimento de assistência mútua e altruísmo comum entre os internos. Engajar-se no processo social, mesmo em uma prisão, eleva a auto-estima, indo na contramão do sentimento de auto-anulação e desonra que ocorre logo que o indivíduo é aprisionado. Assim, pode-se afirmar que esse processo está caracterizado pela resistência à massificação e dependência propostas pela instituição. Trata-se de uma estratégia de resistência do preso ao sistema penitenciário, conforme conceituam Guimarães, Meneghel e Oliveira (2006); é uma oposição no sentido positivo, permitindo a construção de um novo espaço, um novo modelo que desautorize os mecanismos de controle estabelecidos pela prisão.

Steinberg (2004), referindo-se às “*prison gangs*”, ou facções, na África do Sul, propõe que a identidade de grupo nasce de uma profunda necessidade humana de afirmar sua existência diante dos efeitos da prisão. Esse autor refere que a origem das facções está na busca da preservação da identidade e da autonomia dos integrantes dos grupos contra as normas rígidas institucionais. Nas palavras de Deleuze (1998, p. 111): “haverá sempre uma relação consigo que resiste aos códigos e aos poderes; a relação consigo é, inclusive, a origem dos pontos de resistência”. Assim entendidas, as facções conferem ao grupo de presos um poder de resistência e reivindicação importantes, pois as ações são planejadas e comandadas pela liderança, e seus liderados, submetidos a um código de lealdade ao grupo. São ações organizadas por presos organizados, motivadas também contra a imposição e violência institucional e contra administradores penais que não reconhecem os direitos humanos, no que diz respeito às condições mínimas de vida dos internos.

Wacquant (2001) compara as prisões brasileiras a jaulas, dada a superlotação, a falta de luz, a péssima alimentação e a negação da assistência jurídica e dos cuidados elementares à saúde. Para Rolim (1999), essas condições de vida, especificamente nas prisões gaúchas, nas quais os presos vivem em galerias e se encontram, no mesmo local,

todos os tipos crimes, favorecem os laços de pertencimento, fidelidade ou submissão aos “grupos organizados no mundo do crime” (p. 44). O autor questiona a forma como o sistema penal administra as prisões no Rio Grande do Sul, no que se refere, primeiro, às condições de vida e, depois, à falta de separação dos presos, estando esses submetidos a uma política de amontoamento e indiferenciação, sendo essas características observáveis também no Presídio Central de Porto Alegre. Os presos primários, ou principiantes, ficam à mercê dos antigos, já identificados com o cárcere. O que se percebe nesses casos é que as administrações prisionais, sem políticas de tratamento penal, estão exclusivamente centradas na disciplina e no controle físico da “massa carcerária”. Conforme Thompson (2001), esses modelos de administração explicam as conturbações decorrentes das reivindicações. São modelos verticais no estilo braço forte, ou seja, que têm dificuldade de reconhecer os direitos constitucionais e humanos dos presos e, por isso, tendem a enfrentar problemas com os levantes reivindicatórios. Carvalho (2001) refere que a rebelião e o motim são os últimos recursos do preso para defender seus direitos diante de uma instituição desumana. Goffman (2001) salienta que o bem estar do preso não é o propósito do sistema penitenciário, considerando a prisão uma instituição por natureza opressora e totalitária. Em seu clássico livro *Manicômios, prisões e conventos*, qualifica-a como uma *instituição total*, sendo essa “um local de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla, por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e fortemente administrada” (p. 212) e que dentro da proposta da prisão está o processo de despersonalização do indivíduo.

Continuando a analisar a instituição prisão pelo foco da dominação ao preso, Goffman (2001) utiliza-se das peculiaridades existentes nas relações entre o grupo diretivo, responsável pela segurança, e o grupo dos presos para apresentar as implicações da imposição da disciplina da guarda aos presos. Assim, ele refere que essas relações assimétricas têm conseqüências no preso, as quais enumerou, entre outras, como *institucionalização, mortificação e mutilação do eu*.

Por outro lado, há indicações de que a instituição, diante da emergência dos grupos organizados, cria mecanismos para aproximar-se dos presos, imprimindo simetria às relações entre presos e agentes de segurança. A administração e segurança instituem outro

modo de operar com o objetivo de não perder poder, mantendo o controle institucional ao preso.

Nesse sentido, Lourau, em 1973, já se referia ao processo institucional, no qual forças sociais marginais e minoritárias começam a ser reconhecidas pelas forças instituídas. Essas forças, que antes eram de oposição, são integradas com o objetivo de diminuir a resistência aos códigos institucionais (apud COIMBRA, 1995). A instituição-presídio, a partir de mecanismos de vigilância e controle, incorpora em sua jurisdição as facções, dando a elas notoriedade, legitimidade e poder de co-gerenciar o interior da prisão. Segundo essa compreensão, se poderia pensar que se trata de uma estratégia prisional para fazer cessar as ações violentas e a conseqüente repercussão negativa na mídia.

Qualquer violência na prisão, tanto dos presos, com motins e fugas, quanto dos agentes de segurança, por agressão a presos, produzem um clima de insegurança na população e, em decorrência disso, críticas à administração pública. Portanto, do ponto de vista dessa, a estratégia a partir de parcerias com os grupos organizados no PCPA seria desejável.

#### **4 UM SISTEMA COMPLEXO, AUTOPOIÉTICO E AUTO-ORGANIZATIVO**

Partindo da afirmação de Morin, de que “todos os objetos que conhecemos são sistemas, ou seja, estão dotados de algum tipo de organização” (1996b, p. 278), pensa-se que o sistema é uma unidade múltipla complexa, organizada e capaz de se auto-organizar (MORIN, 2002a). É um conjunto de unidades-indivíduos diferentes, encaixados e articulados, com uma organização que regula, dá sentido com qualidades e propriedades, que não possui essas unidades-indivíduos quando separadas (MORIN, 1996b). No que tange à complexidade desses sistemas, Morin refere que esses se caracterizam por uma extrema quantidade de interações e interferências entre um grande número de unidades, somadas às incertezas, acasos e ordens e desordens (MORIN, 2006a).

Pensar sobre esses sistemas é penetrar em um novo paradigma da ciência, onde o fenômeno que emerge do conjunto é contextualizado em sua multidimensionalidade,

levando em consideração as circunstâncias em que ele acontece. O observador, na descrição de um fenômeno sistêmico complexo, amplia o foco, vendo relações entre os elementos do sistema e entre os sistemas como uma teia de relações recursivas interligadas (VASCONCELOS, 2003). A visão complexa é integradora, afasta a disjunção e a simplificação, propondo a instabilidade e a relatividade como caráter dinâmico, em contraposição à idéia de estabilidade e realidade. Esses conceitos se propõem a ultrapassar os pressupostos exclusivamente objetivos, assinalando que o conhecimento científico é resultado, também, da intersubjetividade, ou seja, de uma construção social, e a “realidade” é uma construção do observador em constante transformação e imprevisibilidade pelas recorrentes emergências.

No caso do sistema social, Morin (2003a) explica que a organização encadeia relações entre indivíduos, ligando-os inter-relacionalmente e tornando-os participantes de um todo auto-organizável. Significa o surgimento de novas organizações ou estados a partir de processos sociais auto-organizadores, fazendo com que a ordem se restabeleça em sistemas caóticos, assim trazendo renovação pela própria desordem (MORIN, 2003a). A desordem é motivo e ocasião para outros arranjos entre as unidades de um conjunto, que buscarão uma nova organização que faça sentido às circunstâncias. Um sistema em desequilíbrio torna-se ativo explorando sem parar novas possibilidades, permitindo que o mesmo passe espontaneamente de um estado não-organizado para um estado organizado (PRIGOGINE, 2004).

A organização característica desses sistemas sociais complexos, que Capra (2002a) chamou de *redes sociais*, é um padrão não-linear de organização que utiliza a comunicação como modo de reprodução e de sua auto-organização. São múltiplos elos de realimentação, onde os valores, as crenças e as condutas dos seus participantes são continuamente comunicadas, modificadas e preservadas. Esse processo, por sua vez, aparece como qualidade de um sistema social, no co-operar entre seus elementos, entre os sistemas e entre o sistema e o entorno para se autoproduzirem e equilibrarem-se, ou seja, se auto-organizarem. Do ponto de vista de Morin (1996a, p. 122) “Uma sociedade se auto-organiza permanentemente por meio de desordens e conflitos, que por um lado comprometem sua organização e, por outro, recuperam sua vitalidade”.

Com essas noções, podemos pensar que as facções constituem o que Morin (1998) refere como “desvio inovador, uma brecha, uma ruptura” (p. 39); é a emergência no sentido de uma crise que cria condições para a transformação institucional. Assim, diante de uma nova organização do sistema social, proposta pelas facções, o sistema PCPA, na lógica da re-organização, procura uma resposta e, nesse caso, institui uma parceria na gestão da prisão.

No mesmo sentido das idéias de Morin, Maturana (1997, p. 102) traz o conceito de “perturbação inovadora”, como sinônimo de ruído, sendo um processo em emergência, dinâmico e contínuo que fomenta propriedades sustentáveis ao sistema a partir de relações de acoplamento, ou seja, a partir de interações entre seus elementos/sistemas e sistemas/meio na produção do próprio sistema.

Para esses autores, o inesperado e o emergente propõem a reorganização no sistema, revolucionando todo o campo de crenças, emergindo assim, uma nova organização. As facções, enquanto um desvio em relação à norma, ao estabelecido, colocam abaixo a verdade reinante, no caso do presídio, de que somente a instituição tem o poder sobre a vida dos presos, ou seja, a emergência dessa nova organização pressiona para uma mudança institucional, reorganizando processos e rompendo com normas instituídas. Com isso, mostra-se um outro modelo de administrar o sistema penitenciário, sendo as facções reconhecidas pela instituição como parceiras ou colaboradoras na tomada de decisões. Assim, as facções, enquanto brechas emergentes, incitam a transformação da organização, propondo uma relação de cooperação entre o sistema constituído pelo grupo de presos e da segurança.

Esses grupos se inter-relacionam e cooperam num processo de manutenção do equilíbrio de um sistema que, a todo instante, pela peculiaridade de suas lógicas, no seu sentido amplo, tendem ao paradoxo, ao confronto, e à rivalidade. A parceria daria o tom de afrouxamento e consenso em relação aos códigos, às normas e à cultura de cada grupo para favorecer a convivência pacífica. Parte-se aqui do pressuposto de que esses sistemas sociais, grupo-sistema e sistema-meio se comunicam, ora desequilibrando, ora equilibrando o sistema prisional, em processos alternados e concomitantes.

A cooperação entre os indivíduos dos grupos da segurança e dos presos organizados objetiva trazer equilíbrio intra e intersistêmico, de forma a diminuir os conflitos no sistema

penitenciário e, mais especificamente, no PCPA, ou seja, buscando sua estabilidade interna, entre seus elementos, e externa, com outros sistemas-grupos.

Para compreendermos esse processo interno e externo grupal, conta-se com as idéias de Ayestarán (1996), o qual refere que os grupos, como sistemas, se caracterizam pela sua permeabilidade, atuando de forma aberta e fechada. Quando aberto, o sistema mantém trocas com o meio, inclusive com outros sistemas. Quando fechados, se organizam de forma a fazer sentido para si mesmos, construindo assim sua própria complexidade. No caso do presídio, as relações entre os grupos em questão demonstram essa qualidade de abertura e clausura sistêmica, possibilitando a comunicação entre os grupos para definir as características do sistema maior, que é o próprio presídio, em uma perspectiva de equilíbrio desse sistema-meio. O fim dos motins e a autopreservação do sistema-grupo significa a preservação do sistema-instituição. Nesse caso, a auto-organização se caracteriza pela aproximação de dois sistemas-grupos em recorrentes interações com o objetivo de autopreservação.

Maturana (2002) dá o nome de *autopoiese* a essa qualidade de um sistema ou organismo, e explica que é a capacidade autônoma do organismo de se produzir, conduzindo sua própria preservação. Ao estender tal conceito aos sistemas humanos, esse autor afirma que o sistema social autopoietico, mesmo que nele seja possível reconhecer conflitos, ocorre na recorrência de interações cooperativas, na qual os seres vivos se realizam como seres vivos. Os grupos sociais, nesse processo, se relacionam em cooperação, buscando a conservação e estabilidade do sistema no qual estão inseridos. No centro do processo autopoietico social estão a abertura, a flexibilidade e o diálogo, no qual acontece o que Maturana (2001, p. 178) chamou de “*linguajar*”, ou seja, a expressão dos indivíduos no fluxo de informações que geram a construção das redes que constituem o fundamento social. As relações e seus significados garantem o caráter autopoietico e auto-regenerador dos sistemas sociais. Morin (2002b) refere que a *autopoiese* aplicada em um sistema social se caracteriza pela reorganização incessante desse sistema por meio de desordens, antagonismos, conflitos, os quais comprometem a organização e ao mesmo tempo é o que possibilita a sobrevivência ao sistema.

Na relação entre os humanos em um sistema social fica clara a proposta do pensamento sistêmico complexo em ultrapassar as dicotomias criadas pelo cartesianismo

entre o todo e as partes (MATURANA, 2002). Segundo Alves e Seminotti (2006), um olhar complexo não pode ver o indivíduo e o grupo ou as partes e o todo isoladamente. Trata-se de uma relação de interdependência que os considera em uma mesma ordem de importância. Nesse sentido, Morin estabeleceu como princípio da complexidade o *hologramático* que sustenta que a parte está no todo, mas que o todo se inscreve, também, na parte.

Aplicando esses princípios para a questão da prisão, há condições de compreendê-la enquanto um sistema-instituição-prisão e de dar a devida importância aos sistemas-grupos que compõem esse sistema maior e, em consequência, aos sujeitos que integram esses grupos, qualificando-os como unidades e também como sistemas. Para Morin (1996a, 2002a), o princípio *hologramático*, unido ao *recursivo*, sintetizam esse modo de compreender um fenômeno que envolve o sistema todo e as partes, reconhecendo que cada uma dessas instâncias é produtora e causa da outra, que por sua vez é produtora de si mesma. O terceiro princípio, proposto por Morin (1996a, 2003b) e que é fundamental no pensamento complexo, é o princípio *dialógico*, o qual propõe se unir e complementar os dois primeiros, por permitir “um pensamento capaz de unir conceitos que tradicionalmente se opõem, considerados racionalmente antagônicos, e que até então se encontravam em compartimentos fechados” (p. 114), ou seja, promovendo o diálogo entre os paradoxos indivíduo e grupo, grupo e instituição ou parte e todo.

Sintetizando tal questão, Alves e Seminotti (2006, p. 128) afirmam: “o grupo que produz sujeitos, que, por sua vez, produzem o grupo”. Enfim, “isso significa que se abandone um tipo de explicação linear por um termo de explicação em movimento circular, no qual vamos das partes para o todo, do todo para as partes” (MORIN, 1996a, p. 182).

São esses princípios do pensamento complexo, que chamam a atenção para a necessidade de ligar, unir o conhecimento das partes-elementos ao conhecimento dos conjuntos ou sistemas compostos por essas partes (MORIN, 1996a). As partes, enquanto sujeitos-indivíduos, são as impulsionadoras das inter-relações. As diversidades e singularidades geram o grupo e a própria organização, sendo ele produto e produtor do sistema (ALVES; SEMINOTTI, 2006).

Na dimensão de um enfoque individual do sujeito-indivíduo-sistema como produtor e produto do sistema, esse é concebido com autonomia e dependência. *Autonomia*,

enquanto agente que trabalha para construir e reconstruir seu modo de vida e operar com informações obtidas na relação com outros sistemas e se autopreservar. E *dependência*, na medida em que depende da energia e da informação de outros sistemas e meio (MORIN, 2006a). Essas duas instâncias são constitutivas da subjetividade do indivíduo pelo caráter de possibilitar integrar a um só tempo o individual e o coletivo. Isto é, incluir um nós em meu eu e meu eu em um nós e, assim, introduzir em minha subjetividade os que pertencem ao meu círculo de relações (MORIN, 2006b).

Assim, busca-se considerar a importância dos processos subjetivos que Alves e Seminotti (2006), por um olhar sistêmico complexo, concebem o pequeno grupo como algo produzido em rede e na inter-relação dos indivíduos dentro de grupos sociais, culturais e de espécies biológicas.

A noção de subjetividade, enquanto idéias, afetos e significados individuais que se constrói a partir das vivências sociais e da constituição biológica (BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L), no pensamento sistêmico complexo é expandida pelo termo intersubjetividade. Esse termo re-significa o individual, elevando a coletividade e suas relações ao *status* de determinante do indivíduo e, da mesma forma, dialogicamente, reconhece a singularidade de cada ator envolvido no processo grupal com sua história e como protagonista da “realidade” em que está inserido, reafirmando a já referida qualidade de produto e produtor do social.

No que tange os aspectos de intersubjetividade, Morin (2002) refere que o ser humano se produz na convivência, sendo essa uma necessidade genuína humana; quer dizer, o social é constitutivo do sujeito, mesmo que dentro dele exista a dicotomia entre o medo de se relacionar e a necessidade e o prazer de se comunicar com o outro. Se as pessoas que vivem e trabalham no presídio, em sua organização, forem entendidas como um sistema social, serão reconhecidas nas relações e na linguagem que elas estabelecem, como o que Maturana (2001, p. 178) chamou de “coordenações consensuais”, as quais são comportamentos comunicativos através de símbolos, gestos, palavras, sons, que fazem sentido aos indivíduos envolvidos nessas comunicações e que produzem e dão identidade ao sistema ao qual esses indivíduos pertencem.

A partir desses conceitos, se objetiva dar ênfase ao preso e ao agente de segurança como indivíduos e, além disso, reconhecer a importância dos movimentos individuais de aproximação, comunicação e objetivos comuns na administração de conflitos no presídio.

São essas aproximações, ações solidárias, cooperativas, ou mesmo de rivalidade e poder, de caráter individual, que se revelam os objetivos grupais. Maturana (1997) refere que as relações de acoplamento de terceira ordem, aqui entendidas como as interações entre humanos, são comunicações, trocas de informação, que vão, ao longo do processo, gerando o sistema social, o qual, por sua vez, gera os indivíduos. Nas palavras de Morin (2006b), isso seria o já referido “processo recursivo da complexidade” (p. 74).

Alinhado a esse pensamento, Capra (2002b) aponta que os atos comunicativos, que ocorrem entre humanos, dão origem a mais atos comunicativos e formam a rede social autopoietica, e é nessa ação que eles se autoproduzem.

Mameluque (2006), referindo-se ao sistema penitenciário, declara que cada indivíduo tem significativas capacidades de transformar seu ambiente pela linguagem e pelo trabalho e por agir por si mesmo, decidir. Nessa linha de raciocínio se encontra Castoriadis (1998, p. 109), para o qual “a natureza e a essência do homem é precisamente essa capacidade, essa possibilidade em um sentido ativo, positivo não pré-determinado de ter formas distintas de existência social e individual”.

A capacidade do indivíduo de transformar, interagir, se relacionar e se autoproduzir enquanto ser humano, como viemos apontando, se processa com a motivação de preservação. São observáveis as relações que ocorrem em nível cooperativo, mesmo entre os sujeitos que apresentam diferenças no âmbito das competências e de poder outorgados pela instituição, como seguranças e presos em uma prisão. Nesse sentido, Maturana (2002) afirma que num sistema social as interações são baseadas na solidariedade.

Relacionados a esse assunto, autores que estudaram a prisão, como Goffman (2001) e Bitencourt (1993), afirmam que, nas formas de convivência em uma instituição desse tipo, pode haver relações de afeto entre os membros da equipe diretiva e os presos e que, nesse segundo grupo, não existe somente a apologia a valores desviados, visto que são comuns sentimentos de lealdade, generosidade e confiança mútua. São sentimentos de simpatia que se estabelecem na prisão, mesmo entre grupos dos quais se espera apenas

rivalidade. Portanto, são relações complexas que, em grande parte, reproduzem o que se observa em qualquer outra sociedade, ou seja, gratidão, generosidade e cooperação.

Ao dar ênfase à colaboração e à cooperação, Maturana (1998, 2002) afirma que um sistema social é resultado de uma rede de interações cooperativas. Para esse autor, o social está fundado no reconhecimento do outro (MATURANA, 1997). Em outras palavras, o social se realiza no acoplamento entre seus membros. A cooperação é que dá sustentabilidade a uma rede, e é o que delimita e caracteriza um sistema, buscando constantemente sua vitalidade, baseando-se em trocas comunicativas, auxílio mútuo e a aceitação do outro.

Pode-se entender esses aspectos como estratégias de autopreservação do indivíduo contra doença mental e alívio da angústia perante uma instituição que oferece pressões e sofrimento psíquico. Nesse caso, a prisão propõe, ao indivíduo que nela habita ou trabalha, a formação de relações amistosas e de parceria, como gratificação em contrapartida ao ambiente insalubre, ao risco à integridade física, à disciplina rígida, à hierarquia acentuada e à desvalorização social.

De outra forma, se a prisão fosse um ambiente de relações exclusivamente de competição e rivalidade, estar-se-ia diante de uma organização apenas em desequilíbrio, sem a estabilidade das relações que permite, na recursão, alternar os processos e se reorganizar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões aqui realizadas evidenciam que as relações no Presídio Central de Porto Alegre e, de forma mais abrangente, no sistema penitenciário são complexas e não podem ser tratadas apenas pela simplificação, mas também pela complexidade. As linhas de pensamento nessa discussão vêm de inúmeras direções, e, em alguns casos, até se chocam. Contudo, elas não se excluem, procurando respeitar a multidimensionalidade dos fenômenos complexos.

Diferentes perspectivas teóricas e conceitos podem trazer contribuições importantes na articulação de um tema, sem que ocorra uma dispersão teórica ou perda do foco. Nesse caso, as articulações de diferentes teorias indicaram que o homem preso, integrado a um grupo organizado na prisão, é um agente que exerce uma força contra pressões vindas do sistema penal, o qual tem como representantes diretos a instituição e seus agentes de segurança. E, assim, diretamente no que implica a participação do preso nas facções, chegamos às simplificações necessárias de que é um processo humano individual, biológico e social de se relacionar e, ao mesmo tempo, se defender.

Todos esses construtos serviram de base para aprofundar a discussão em torno das relações que se estabelecem entre os grupos organizados de presos e os agentes de segurança no PCPA, na perspectiva de que indivíduo, grupo e instituição sejam sistemas em comunicação, cada um na busca de sua autopreservação, mas também, com interesse na preservação do sistema mais amplo do qual fazem parte. As relações amistosas e cooperativas entre os grupos em questão são propostas auto-organizadoras, as quais buscam o equilíbrio sistêmico como autopreservação do grupo e, por conseguinte, do indivíduo.

No sistema penitenciário, os seus subsistemas-grupos e elementos-indivíduos interagem em rede, ora desorganizando-se pelas circunstâncias de um sistema em constante tensão e crise, ora se organizando pela cooperação de seus indivíduos por estados de preservação.

As relações que se estabelecem nesse ambiente, entre os grupos, possibilitam um avanço qualitativo no entendimento da questão penitenciária: primeiro, por descortinar parcerias entre grupos que, por questões de todo o tipo, tendem à rivalidade e, segundo, por

mostrar uma estratégia institucional que dá manutenção aos grupos organizados no interior da prisão com o objetivo de minimizar os conflitos.

Desde essa perspectiva se propõe pensar o sistema penitenciário a partir da aproximação de concepções antagônicas. O presídio, que é palco de violência, poder perverso e preconceito, também demonstra nas relações entre seus internos presos e os trabalhadores, agentes de segurança, relações de cooperação e solidariedade. O que se compreende é que esse é um processo natural biológico, humano e complexo de se auto-organizar e se transformar para melhores condições que vislumbrem a preservação do indivíduo e do sistema.

Essas considerações, relativas aos fenômenos dos grupos-facções e suas relações com os grupos de agentes de segurança, sob o enfoque da complexidade, remetem a uma fidelidade ao pensamento complexo e impõem que se diga que o pesquisador se inclui como participante, reconhecendo que o fenômeno estudado tem uma dimensão maior do que o olhar proposto (MORIN, 2002). Nesse caso, o observador, enquanto tal, permanece necessariamente sempre em um domínio descritivo, vale dizer, em um domínio cognoscitivo relativo, ou seja, não é possível a descrição de uma realidade absoluta (MATURANA, 1997). Além disso, nesse momento, no interior do PCPA e sistema penitenciário, podem estar emergindo fenômenos que provoquem transformações significativas e, assim, comecem a configurar relações de forma diferente das que se afirmou aqui. No entanto, para a complexidade, a verdade é sempre relativa, ou seja, “na ciência lidamos com descrições limitadas e aproximadas da realidade” (CAPRA apud VASCONCELLOS, 2003, p. 50).

O objetivo principal deste artigo foi dar visibilidade e discutir relações entre grupos, focando de maneira mais contundente as facções. O autor se colocou na posição de tradutor das peculiaridades dessas relações de cooperação, sem o intuito de julgá-las do ponto de vista ético ou de vê-las numa perspectiva de um jogo de poder. Espera-se que uma compreensão proposta pelo pensamento complexo reconheça os fenômenos de forma relativa, multidimensional e tecidos em rede e, mais, que seja um modo de desacelerar a visão parcial que promove o preconceito contra o homem preso.

Enquanto se pensa que os grupos organizados são apenas mais uma expressão da criminalidade contemporânea, neles estão implicadas as dimensões históricas, econômicas,

biológicas, afetivas, institucionais e de interdependência direta com a sociedade, mais especificamente com o homem livre e comum. Nesse sentido, as facções, demonstram ser uma emergência e a expressão de um desequilíbrio em um fluxo natural do sistema prisional e, necessários para sua re-organização.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam C.; SEMINOTTI, Nedio. O pequeno Grupo e o Paradigma da Complexidade em Edgar Morin. **Psicologia USP**. São Paulo/SP: USO-IP, v. 17, n. 2, p. 113-133, 2006.

AYESTARÁN. **Sabino. El grupo como Contrucción Social**. Rubi: Plural, 1996.

BARATA, Alessandro. **Criminologia Critica do Direito penal: Introdução a Sociologia do direito penal**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.

BAULEO, A. **Ideologia, Grupo y Família**. Buenos Aires: Kargieman, 1975.

BERGUER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Falência da Pena de Prisão**. São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 1993.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CAPRA, Frijof. **Conexões Ocultas**. São Paulo/SP: Cultrix, 2002a.

\_\_\_\_\_. **A Teia da Vida**. São Paulo/SP: Cutrix, 2002b.

CARVALHO, Salo. **Pena e Garantia: Uma Leitura do Garantismo de Luigi Ferrajoli no Brasil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001.

CASTORIADIS, Cornélius. **El Ascenso de la Insignificância**. Madrid: Rogar, S.A., 1998.

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. São Paulo: Atlas, 1999.

COIMBRA, Cecília M. B. Os Caminhos de Lapassade e da Análise Institucional. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**. Rio de Janeiro/RJ, v. 7, n. 1, p. 52-80, 1995.

COIRO, José Rafael Rosito; CASAGRANDE, Diego. **Porto Alegre: 48 horas sob terror. Melara e a rebelião no Hospital Penitenciário**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

DANITZ, Tiffany. The gangs behind bars (prison gangs). **Insight on the News**. v. 14, n. 36, sept. 28, 1998.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo/SP: Brasiliense, 1998.

DORNELLES, Renato Nunes. **Falange Gaúcha: O Presídio Central e a História do Crime Organizado no RS**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2008.

EINAT, Tomer; WALL, April. Language, Culture, and Behavior in Prison: The Israeli Case. **Asian Journal of Criminology**. Israeli, v. 1, n. 2, p. 173-189, January, 2007.

ELMIR, Cláudio Pereira . **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.535-553, jan./dez. 2005.

ESPERANÇA, Clarice. Código das prisões. **Zero Hora**. Porto Alegre/RS, 26/09/2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis RJ: Vozes, 2000.

GILL, A. Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo/SP: Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo/SP: Perspectiva, 2001.

GUIMARÃES, Cristian F; MENEGHEL, Nazarath; OLIVEIRA, Carmem S. Subjetividades e Estratégias de Resistência na Prisão. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, ano 26, n. 4, p. 632-645, 2006.

GUINDANI, Miriam K. **Violência e prisão: Uma Viagem na Busca de Olhar Complexo.** Porto Alegre/RS: PUCRS, 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições.** Rio de Janeiro/RJ: Francisco Alves, 1989.

LAROUSSE CULTURAL. **Dicionário de Língua Portuguesa.** São Paulo: Nova Cultural, 2000.

LOURAU, R. **A Análise Institucional.** Petrópolis: Vozes, 1995.

MAMELUQUE, M. da G.C. A Subjetividade do Encarcerado, um Desafio para a Psicologia. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão.** Brasília, ano 26, n. 4, p. 620-631, 2006.

MATURANA, Humberto. **De Máquinas e Seres Vivos.** Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Da Biologia à Psicologia.** Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cognição, Ciência e Vida Cotidiana.** Belo Horizonte/MG: UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_, Humberto. **A Ontologia da Realidade.** Belo Horizonte/MG: UFMG, 2002.

MORIN, E. **Ciência com Consciência.** Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1996a.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia da Complexidade,** In SCHINITMAN, Dora F. (Org). **Novos Paradigmas, Cultura e subjetividade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b.

\_\_\_\_\_. **Método 4: Habitat, vida, costumes, organização.** Porto Alegre: Sulina, 1998.

\_\_\_\_\_. **Método 5: A humanidade da humanidade - A identidade humana.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

\_\_\_\_\_. **Método 1: A natureza da natureza.** Porto Alegre: Sulina, 2003a.

\_\_\_\_\_. Para Navegar no Século XXI: Tecnologias do Imaginário e Cibercultura, In Silva, Juremir M e Martins, Francisco M. (Org). **Novos Paradigmas, Cultura e subjetividade.** Porto alegre: Artes Médicas, 2003b.

\_\_\_\_\_. **A Cabeça Bem-Feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

\_\_\_\_\_. **E. Introdução ao Pensamento Complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2006b.

OLDONI, Fabiano. Uma abordagem acerca das relações de poder no interior das prisões. A morte como exteriorização maior deste poder. **Jus Navigandi.** Teresina, ano 6, n. 59, out., 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3250>>. Acesso em 20 de abril, 2008.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O Processo Grupal.** São Paulo: Martins Fontes, 1982.

PRIGOGINE, Ilya; EDGAR, Morin e outros. **A Sociedade em Busca de Valores:** Para fugir à alternativa entre o ceptismo e o dogmatismo. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

ROLIM Marcos. **O Labirinto, o Minotauro e o fio de Ariadine:** Garantias e regras Mínimas para a Vida Prisional. Separatas de Discursos pareceres e projetos. Brasília/DF: Controle Documentação e Informação, 1999.

ROMERO, Sonia. Conceituação e Técnicas de Aplicação dos Grupos Focais. In: SCARPARO, Helena (Org). **Psicologia e Pesquisa:** Perspectivas Metodológicas. Porto Alegre/RS: Sulina, 2000.

SÁ, Alvino Augusto. Transdisciplinaridade e Responsabilidade da Academia na Questão penitenciária. **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias.** Pelotas/RS, v. 2, n. 1, p. 15–32, jan.-dez., 2003.

SALLIN, Vinícius. Motivos Preponderantes do Alto Índice de Fugas do Regime Semi Aberto. **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias.** Pelotas/ RS, v. 2, n.1, p. 87- 96 jan-dez. 2003.

SALLIN, Vinícius; SEMINOTTI, Nédio. Facções na Prisão sob o Olhar da Complexidade. **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias**. Pelotas/RS, v. 4, n. 1, p. 89-103, jan.-dez., 2005.

STEINBERG, Jonny. **The Number**. Cape Town: Jonathan Ball Publishers, Disponível em: [www.nyamnjoh.com/2006/04/book\\_review\\_the.html](http://www.nyamnjoh.com/2006/04/book_review_the.html) - 43k, 2004.

THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro/RJ: Ed. 3ª, Forense, 2001.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: Epistemologia e Metodologia Operativa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **O Pensamento Sistêmico: O Novo Paradigma da Ciência**. Campinas/SP: Papyrus, 2003.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 2001.

ZIMERMAN, D. E.; OSORIO, L. **Como Trabalhamos com Grupos**. Porto Alegre/RS: Artes Medicas, 1997.

## SEÇÃO II – A RELAÇÃO ENTRE AS FACÇÕES E O GRUPO DA ADMINISTRAÇÃO: CO-OPERANDO PELOS PRINCÍPIOS AUTO-ORGANIZATIVO E AUTOPOIÉTICO

### RESUMO

Nesta parte da dissertação, apresenta-se um relatório de pesquisa que aborda os grupos no sistema penitenciário, especificamente as relações que se estabelecem entre as facções, composta por indivíduos presos organizados e o grupo de agentes de segurança, constituído pelos policiais militares que trabalham na segurança do Presídio Central de Porto Alegre. Justificou o trabalho a carência de estudos sobre as relações entre grupos no interior da prisão e a necessidade de traduzir as peculiaridades desse fenômeno atual para a academia, visando promover na universidade um senso de responsabilidade social para com as demandas do sistema penitenciário. E, para o pesquisador, o estudo possibilitaria um melhor conhecimento institucional e teórico metodológico das relações grupais. O trabalho tem como objetivo principal compreender como se organizam as relações entre as facções e o grupo da segurança, intra e intersistemicamente, sendo essas relações consideradas estratégias que objetivam administrar e reduzir os conflitos no presídio. Esta pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa e pressupostos teórico-metodológicos sistêmicos complexos, com base nas idéias de Edgar Morin e Humberto Maturana. Os participantes foram: membro da promotoria de justiça, presos representantes de galeria, agentes adjuntos da chefia de segurança e integrante da chefia operacional, membro da direção e técnicos do PCPA. Os instrumentos/estratégias de coleta foram: observação participante, grupo focal, entrevista semi-estruturada, diário de campo e seminário de pesquisa. Os resultados indicaram que as relações entre presos e agentes no presídio vêm sofrendo rearranjos como alternativas para minimizar os conflitos violentos, significando que o Presídio Central de Porto Alegre é um sistema social complexo autopoietico, que opera pela lógica da auto-organização em um sentido de preservação dos sistemas-indivíduos e sistema-instituição.

**Palavras-chave:** sistema penitenciário; processos grupais; sistemas complexos; Presídio Central de Porto Alegre;

## ABSTRACT

This part of the dissertation presents the research report that treats the subject of groups in prisional system and specifically relations established between prison gangs and security staff at Presídio Central de Porto Alegre. This research is justified by the lack of studies in this area and the need to understand the peculiarities of this current fact to the academy, aiming to promote inside universities a sense of social responsibility towards prisional system. This study meant to the researcher a possibility to a greater institutional, theoretical and methodological knowledge on group relations. This study has as main objective to understand how relations between prison gangs and security staff are organized among and inside the systems considering those relations as strategies that aim to administrate and reduce conflicts inside prison. This research used a qualitative approach and methodological theoretic aspects of complex systems, derived from the ideas of Edgar Morin and Humberto Maturana. Research participants were: a prosecutor, prisoners who represented their gangs, members of the security staff, members of prison board of directors. The strategies used to collect the data were: participant observation, focus groups, semi-structure interview, field diary and research seminar. The results indicate that the relations among prisoners and security staff members are constantly being reorganized as alternatives to minimize violent conflicts, meaning Presídio Central de Porto Alegre is a complex autopoietic social system that operates in a selforganization logic leading to the preservation individuals-systems and institution-system.

Key words: prison system, group processes, complex systems, Presídio Central de Porto Alegre.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema o sistema penitenciário e, especificamente, as relações que se estabelecem entre os grupos/facções, dos quais fazem parte indivíduos presos organizados e o grupo constituído pelos policiais militares que trabalham na segurança do Presídio Central de Porto Alegre. No centro da discussão está a idéia de que no PCPA formam-se relações entre esses dois grupos com o objetivo de administrar, em parte, a prisão e os conflitos. A questão é reduzir as ações violentas, para que essas não ganhem proporções de motim e risco de morte, tanto para os agentes, quanto para os presos, bem como a divulgação na mídia e, conseqüentemente, a repercussão negativa na sociedade, que tenderia a interpretar esse fato como um descontrole institucional.

As facções atualmente no Presídio Central são três, e essas dividem a tarefa de controle dos presos, juntamente com os agentes de segurança, no interior da prisão. Elas produzem normas de conduta e ideologias específicas, o que garante certa animosidade entre esses grupos. No que se refere à relação das facções com o grupo da segurança, os anos oitenta e noventa foram o auge das conturbações no PCPA: esses grupos de presos desencadearam confrontos com grupos rivais, motins, mortes, fugas e greves de fome (DORNELLES, 2008), todos em represália à forma como eram administradas as questões na prisão. No centro dos impasses estava a rivalidade entre facções e, também, entre as facções e agentes de segurança, sendo essa última decorrente das más condições da prisão. Nesse caso, a tensão promovida pelos presos era uma forma de reivindicar melhorias no atendimento das necessidades e direitos dos apenados. O marco desse período de distúrbios violentos foi o motim de 1994 (ELMIR, 2005; COIRO; CASAGRANDE, 1997). Sua repercussão provocou alterações significativas no sistema penitenciário, tendo como principal delas a entrega do Presídio Central ao comando da Brigada Militar. Esse motim ficou registrado, até esse momento, como o último grande conflito violento no PCPA com repercussões na mídia.

O grupo da segurança no PCPA é composto por soldados da Brigada Militar, que têm a função de custodiar indivíduos presos pela justiça penal. Nesse sentido, o estudo focou-se no setor de supervisão, pela característica de ser o local criado especificamente para tratar das reivindicações dos presos nesse estabelecimento penal, sendo o ponto de

ligação, comunicação e negociação entre agentes com cargos responsáveis pela segurança e líderes dos grupos de presos, chamados *representantes de galeria*.

Para construir o projeto de pesquisa, contou-se, inicialmente, com a experiência do pesquisador, como integrante da equipe técnica do sistema penitenciário, a observação participante simples e sistemática desenvolvida no início do estudo para definir e delimitar o foco e objetivos e instrumentos da pesquisa e, por fim, a construção teórica desenvolvida sobre o tema. Nesse trabalho de aprofundamento, as informações inicialmente colhidas, deram suporte para concluir que o PCPA apresenta, atualmente, novas configurações nas relações entre os grupos. As facções, pelos seus líderes, e os agentes de segurança, na figura dos representantes da administração, demonstram aproximações, relações de cooperação e, concomitante a isso, a diminuição das conturbações e rivalidades que ocorriam em tempos passados.

As justificativas para esta pesquisa estão na carência de estudos sobre os grupos no interior da prisão e, especificamente, nas peculiaridades das relações que se estabelecem entre presos e agentes de segurança, do ponto de vista de sistemas complexos: auto-organizativo, em Edgar Morin, e autopoietico, em Humberto Maturana. No que cabe à universidade e sua responsabilidade social, entende-se que estudos neste tema podem dar visibilidade à comunidade científica e sendo assim, formar parcerias com o sistema penitenciário para subsidiar programas técnicos e políticas públicas de atenção às questões da prisão. Para o pesquisador, o estudo se justifica por ser esse tema o seu campo profissional e pela perspectiva de um melhor entendimento institucional e teórico-metodológico das relações grupais.

A partir desses dados, o objetivo principal desse estudo foi compreender como se organizam as relações entre os grupos das facções e da segurança, intra e intersistemicamente, sendo essas relações estratégias que objetivam administrar e reduzir os conflitos violentos no Presídio Central. Como objetivos específicos, a pesquisa propôs-se: conhecer e descrever as ações formais e informais utilizadas pelos grupos facções e segurança como forma de administração e redução de conflitos; compreender as relações que se estabelecem no sistema penitenciário entre os dois grupos, objetivando o convívio amistoso; compreender aspectos subjetivos que motivam os indivíduos e grupos a estabelecerem relações amistosas; conhecer e descrever rotinas administrativas acordadas e

praticadas entre os dois grupos, visando à administração e redução de conflitos violentos e dar visibilidade acadêmica às relações que se estabelecem entre o grupo de segurança e das facções no Presídio Central de Porto Alegre.

As relações entre grupos humanos, aqui apresentadas, sob o prisma do pensamento sistêmico complexo, partem do princípio do conceito de sistema, sendo assim, **um** conjunto de indivíduos diferentes, organizados, interagindo em *rede* e, por Capra (2002b) conceituado como um padrão de organização não-linear.

Essas interações se caracterizam pelo circuito recursivo, ou seja, os indivíduos interagem entre si e com o meio, sendo, ao mesmo tempo, produto e produtores do meio, e é esse processo que dá ao sistema a capacidade de se auto-organizar, operando a produção-de-si e conservando sua organização e adaptação (Morin, 1996; Maturana, 2002). Nessas concepções está a qualidade de abertura e clausura do sistema. A abertura, significando a dependência de energia e informação externa, e a clausura, processo de auto-referência do próprio sistema no seu processo de autoprodução. Na base desses princípios está a permeabilidade do sistema com seu entorno, mesmo que sejam os sistemas vivos, a um só tempo, abertos e fechados (MATURANA, 1997; MORIN, 2002a).

Segundo Morin (2002a, p. 274) o “Sistema é uma palavra-raiz para a complexidade”, enquanto, a palavra complexidade se origina de *complexus* e significa “o que está ligado, o que foi tecido junto” (MORIN, 2003b, p. 38). Aplicado ao social, é uma rede complexa que favorece o crescimento das comunicações e o desenvolvimento dos indivíduos pela linguagem simbólica, a cultura e o poder (MORIN, 2008). Nesse sentido, pode-se conceber o presídio, a partir de suas relações, como um sistema social humano complexo e resultado de uma rede de interações entre seus membros, na qual suas condutas possibilitam que se realizem como seres humanos na busca de adaptação e preservação. Para isso, é necessário que suas comunicações sejam coordenadas e consensuais (MATURANA, 1998), ou seja, que essas comunicações façam sentido para os indivíduos envolvidos e que sejam produzidas e validadas dentro de um contexto específico. Esse processo de consenso nas comunicações é que dá vida ao sistema social. A relação e a troca, entre dois ou mais sujeitos, em um sistema social humano, é o que vai dar a identidade estrutural do sistema (MATURANA, 1998). Assim, essas relações, condutas, interações, quando modificadas, são transformadoras do sistema social.

Esse processo é o que Maturana (1997) chamou de acoplamento estrutural de terceira ordem, como sendo um processo de interação entre humanos, neste caso, entre grupos humanos, no qual ocorre a troca de informações e comunicações, as quais vão gerando o sistema social.

A partir disso, concebe-se a capacidade do indivíduo de transformar o sistema, que, por sua vez, é o indivíduo também passível de ser transformado pelo sistema social (MATURANA, 1998). Essa capacidade é possível, como se viu, entre indivíduos e sistema e entre indivíduos e indivíduos, pelo princípio recursivo da complexidade em um sistema social.

A complexidade sistêmica se expressa, também, na condição de que o todo possui qualidades e propriedades que não são encontradas nas partes quando consideradas de forma isolada. De maneira inversa, as partes possuem qualidades que desaparecem no sistema todo (MORIN, 2002a). Antagônica e complementarmente, isso ocorre mesmo que, pelo princípio Hologramático da complexidade, a parte esteja no todo e o todo esteja na parte. Num sentido social, é o mesmo que dizer que o indivíduo e o grupo não podem ser vistos isoladamente, isto é, são interdependentes e autoproduzidos nessa interação entre parte e todo (ALVES; SEMINOTTI, 2006).

Para um pensamento complexo, ainda é necessário conceber o princípio dialógico, permitindo assim assumir a associação de noções contraditórias dentro de um mesmo fenômeno (MORIN, 2003a). Esse princípio é considerado fundamental dentro do pensamento complexo, pela sua capacidade de dar suporte para os outros princípios, como o auto-organizativo e o autopoietico, por aceitar e possibilitar que no mesmo fenômeno estejam a ordem e a desordem, o equilíbrio e o desequilíbrio, a ruptura e a criatividade e, também, presente nos princípios hologramático e recursivo no que se refere à complementaridade e ao antagonismo entre o todo e as partes.

No que interessa a esta pesquisa, os grupos e suas relações no presídio operam recursiva, dialógica e hologramicamente. Suas relações com suas peculiaridades produzem o meio-sistema penitenciário e, ao mesmo tempo, o sistema realimenta, reproduzindo estas relações. As informações produzidas nessas interconexões de indivíduos propõem a característica organizacional do sistema-meio, que dialogicamente torna imperceptível e

inseparável as relações do próprio meio no qual elas se inserem, ou seja, à parte, grupos e suas relações estão no todo do sistema penitenciário e vice-versa.

Considerando o exposto, a questão que norteou o estudo foi compreender como se organizam as relações entre grupos, as facções e o grupo de segurança, com diferentes lógicas e ideologias para construir estratégias visando dirimir conflitos violentos.

## **2 MÉTODO**

### **2.1 DELINEAMENTO**

Esta pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa e pressupostos teórico-metodológicos sistêmicos complexos, a partir das idéias de Edgar Morin e Humberto Maturana. Segundo Morin (2003c), pesquisar sob o enfoque da complexidade é conceber a metodologia de pesquisa como uma estratégia de ação, na qual o conhecimento e o caminho são construídos ao mesmo tempo. A estratégia conta com as certezas e também com as incertezas, indicando que o cenário pode ser transformado de acordo com informações colhidas e, principalmente, pelas emergências que surgem ao longo do caminho (MORIN, 2003b). A estratégia “é a arte de utilizar informações que aparecem na ação” (MORIN, 2002a, p. 192) e essas informações constituem certezas para enfrentar as incertezas da complexidade. Em outras palavras, esse método propõe a simplificação como modo de assegurar os passos necessários no processo de reflexão e conhecimento. Nesse sentido, a estratégia, em alguns momentos, privilegia a prudência e estabelece compromissos; entretanto, conta com a audácia e o risco.

A perspectiva sistêmica complexa implica assumir princípios importantes, tais como: intersubjetividade, incerteza, interatividade, auto-organização, emergência e contradição (MORIN, 2003c). Outra questão fundamental é que nesse contexto epistemológico o observador/pesquisador se insere no processo do conhecimento pela sua “intervenção perturbadora” no objeto, ou seja, não se pode separar o objeto conhecido da

estrutura de conhecimento do sujeito observador (MORIN 1996, p. 280). O conhecimento ocorre pela interação entre observador, processo de observação e objeto observável, constituindo, esses todos, o que é o fundamental: o sistema observante.

Maturana refere que o observador, enquanto tal, permanece necessariamente sempre em um domínio descritivo, vale dizer, em um domínio cognoscitivo relativo (MATURANA, 1997). Não é possível a descrição de uma realidade absoluta, ou seja, a realidade é construída sempre pelo princípio da intersubjetividade, impregnada do observador, caracterizada pelo objeto e relativa ao sistema observante. Nessa linha de raciocínio, Morin (2002a, p. 192) refere que a complexidade “pede para pensarmos os conceitos sem nunca dá-los por concluídos”. Sugere que se consegue isso ampliando o foco, observando o fenômeno através de relações complexas interligadas em constante transformação, evolução e auto-organização.

## 2.2 PARTICIPANTES

1 Integrante da promotoria da vara de execuções criminais.

Internos ou funcionários do Presídio Central de Porto Alegre:

- 1 integrante da Direção;
- 1 integrante da Chefia Operacional;
- 3 agentes adjuntos da chefia de segurança;
- 5 presos representantes de galeria, líder formal das facções, pelo menos um de cada uma das três facções;
- 6 técnicos, 2 assistentes sociais e 4 psicólogos.

## 2.3 INSTRUMENTOS/ESTRATÉGIAS

Observação participante, simples e sistemática (notas descritivas e analíticas);

Grupo focal;  
Entrevista individual semi-estruturada;  
Diário de campo;  
Seminário de pesquisa.

#### 2.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS/INFORMAÇÕES

A coleta foi realizada no Presídio Central de Porto Alegre. Inicialmente, foi marcado um encontro com Diretor do presídio, no qual foram expostos os objetivos e a proposta da pesquisa. Depois de aceito pela direção, o projeto foi encaminhado à Superintendência de Serviços Penitenciários. Obtida a autorização da SUSEPE, realizou-se a observação simples e participante (GIL, 1999) das rotinas do Presídio, tendo como foco principal as atividades de segurança e as relações entre grupos de presos, representantes de galeria e agentes de segurança. Essas observações foram pontuadas em notas descritivas e analíticas e registradas no diário de campo.

Durante a observação, iniciou-se o processo de definição dos participantes das entrevistas, por um critério de conveniência. As entrevistas em caráter experimental (piloto) foram feitas com um indivíduo adjunto da chefia de segurança e um preso representante de galeria e líder da facção. Depois de elaboração as questões das entrevistas semi-estruturadas definitivas, essas foram aplicadas nos dois grupos que correspondem a 5 (cinco) agentes de segurança, incluindo o integrante da direção do presídio, o integrante da chefia operacional e os adjuntos da chefia de segurança e 5 (cinco) presos representantes de galeria. Ainda foi elaborada e aplicada uma entrevista, específica, ao integrante da promotoria da vara de execuções criminais de Porto Alegre.

Logo após, foi organizado um grupo com os técnicos, psicólogos e assistentes sociais do Presídio Central. Utilizou-se a entrevista com o grupo focal, ocorrendo um encontro com uma hora de duração. Segundo Romero (2000), o grupo focal possibilita uma discussão genuína entre todos os membros. O objetivo principal desse grupo foi produzir uma reflexão entre os técnicos e o pesquisador que gerassem informações para análise.

As entrevistas e o grupo focal foram gravados e posteriormente transcritos, compondo o *corpus* da pesquisa.

Todos os procedimentos de coleta de dados foram precedidos do devido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual o participante aceita participar da pesquisa.

Durante o processo de coleta de dados, contou-se com reflexões produzidas nos seminários do grupo de pesquisa, os quais geraram informações para o estudo.

## 2.5 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DE DADOS/INFORMAÇÕES

Adotou-se como estratégia inicial a Análise Textual Discursiva (MORAES, 2007) e, a seguir, avançou-se no sentido do emprego do método em Morin. A ATD tem a característica do que Morin (2006) chama de estratégia, como já se referiu, de estabelecer compromissos, passos, objetivos e ainda, privilegiar a prudência para enfrentar a instabilidade e as incertezas. A estratégia é o meio fundamental para lidar com a complexidade, desenvolvendo uma ação sobre um ambiente incerto, reunindo e colhendo informações e acasos encontrados durante o percurso. Nesse sentido, a ATD e o método sistêmico complexo, no processo de análise das informações, progridem de forma linear e, ao mesmo tempo, exigem do pesquisador movimentos em espiral, pois a cada avanço é necessário o retorno auto-organizativo reflexivo (MORAES, 2007).

O processo em si iniciou com a desconstrução dos textos-discursos dos participantes. A esses fragmentos desmontados por sentidos, foram dados, pelo pesquisador, um significado, tendo como base os objetivos da pesquisa, as interlocuções com o tema e os sentidos emergentes. Às unidades e seus sentidos deu-se o nome *unidades de sentido* e o processo completo, *unitarização* (MORAES, 2007). Aqui, a individualidade dos participantes se fragmenta, ocorrendo a despersonalização do discurso, ou seja, a autoria da verbalização perde a identidade de um autor específico, se aproximando do que poderíamos chamar de: um discurso grupal. Além disso, o pesquisador vai assumindo a co-autoria do texto, por ser ele quem interpreta e dá um novo sentido às unidades.

Esse momento inicial, sob a ótica de Morin (2003b), são passos no sentido de uma simplificação, para lidar com a extrema complexidade.

O processo seguinte foi a *categorização* das unidades de sentido, fazendo a reconstrução do *corpus* pelo agrupamento das unidades de sentido pelo critério de semelhança e, também de diálogo entre essas unidades. Assim, fez-se o processo de auto-organização dos sentidos gerais do *corpus* da pesquisa, os quais geraram vinte e sete categorias. Surge assim um outro texto, emergente, como resultado do diálogo entre múltiplas lógicas, unido pelo processo reflexivo do pesquisador, a partir das unidades de sentido e dos fragmentos do *corpus*. Esse instante é extremamente propício ao *insight* e aberto às idéias emergentes do pesquisador, crescendo sua participação na autoria do texto.

Depois, mais uma vez, pelo mesmo critério, as categorias foram agrupadas, dando origem a sete categorias, as quais se denominou *categorias intermediárias*. E, finalmente, resultaram as três *categorias finais*, que serviram de base para a construção do metatexto. Todo o processo descrito está voltado à produção desse texto, que significa o produto final da análise-compreensão, sendo esse a própria discussão dos resultados.

No texto final, metatexto ou discussão dos resultados, convergiram os elementos produzidos pelo próprio pesquisador na sua experiência com o tema, as idéias, as informações obtidas pelos sujeitos da pesquisa, as construções feitas a partir dos operadores teóricos, a impregnação com todo o material produzido na pesquisa e, finalmente, como espinha dorsal na construção deste texto, estão as três categorias finais.

Como forma de melhor clarificar o processo da ATD e a construção do metatexto/discussão dos resultados, apresenta-se as subseções a seguir, contendo as categorias iniciais e as finais.

### 2.5.1 Categorias iniciais

- **Omissão do Estado:** O Estado renuncia, em parte, à ação de gerenciador do sistema penitenciário, delegando poder aos presos. O administrador, na resolução dos problemas da prisão, não pode contar com a participação do Estado. Diante disso, algumas das soluções encontradas ocorrem com a participação dos presos representantes de galeria na

administração da prisão. O Estado indiretamente transfere poder ao grupo para manter a ordem e o equilíbrio no presídio.

- **Técnicos excluídos da relação:** Os técnicos, que aqui entendemos como terceiro grupo, os quais compõem o PCPA, são excluídos das relações entre representantes de galeria e agentes de segurança. Os técnicos demonstram uma visão crítica e apurada dessas relações que se estabelecem entre presos, facções e segurança, apontando comprometimentos éticos nessas relações. As informações a respeito das peculiaridades dessas relações são filtradas antes de chegarem aos técnicos. Isso se entende como uma estratégia da segurança. Excluir um grupo interno é excluir as partes do sistema que não negociam.

- **Cultura punitiva:** Existe uma cultura punitiva na sociedade, que dá respaldo ao Estado para se omitir em fazer modificações no sistema penitenciário. Na maioria das vezes o cidadão comum não se interessa em saber como são as condições de vida na prisão, porque, de certa forma, ele entende que a prisão, assim como ela se apresenta, opressora, violenta e desumana, serve de castigo ao indivíduo que transgrediu a norma e, assim, nesse tipo de prisão, ele tem o que merece e, mais, é exemplo para que outro não transgrida também.

- **A criminalidade externa:** Os índices de criminalidade têm ligação com as organizações na prisão. O crescimento e o poder das facções favorecem que essas recrutem cada vez mais indivíduos para participarem de suas ações. Esse fator contribui para que o indivíduo continue vivendo numa lógica de exclusão e de rotulação de criminoso por parte da sociedade. O pertencimento e a dependência à facção coíbem suas iniciativas de caráter individual, podendo ele ser empurrado ao crime, se o grupo ao qual pertence se organiza nesse sentido.

- **Civilidade como solução:** A civilidade representa a atenção aos direitos individuais do preso e a possibilidade de cumprir a pena em um ambiente salubre, afastando o indivíduo da dependência de outros presos ou grupos organizados. A civilidade é o inverso do que ocorre hoje na prisão pela superlotação que leva ao processo de massificação. A superlotação provoca rearranjos nas formas de conviver na prisão, pela impossibilidade de todos terem acesso aos direitos fundamentais humanos, incluindo, especialmente, a segurança física. O ambiente da prisão se torna propício para disputas, submissões e jogos de poder.

- **O representante de galeria como mediador:** Aquele que fica entre as perguntas dos presos e a resposta da administração, entre a reivindicação dos grupos organizados e os encaminhamentos da segurança. O representante faz a negociação com agentes e presos, figurando fundamentalmente como elo de comunicação entre os grupos. É escolhido como representante pelos presos com o aval do grupo diretivo da segurança. Assim, é agente e parceiro na administração da casa e, também, líder dos presos na galeria.

- **O representante como agente:** O representante é utilizado como propagador da norma administrativa. Uma das expectativas do grupo da segurança é que o representante de galeria seja um agente das regras impostas pelo administrador. A cada reivindicação do grupo de presos que o representante negocia com a segurança, a contrapartida representa que esses mesmos presos devem seguir as regras de conduta que a instituição os impõe a fim de continuarem sendo atendidos em suas demandas. Essas normas chegam até a galeria por intermédio do representante.

- **A ameaça como mensagem:** Os representantes de galeria anunciam à direção o poder da sua liderança para incitar distúrbios e, também, sua incapacidade de conter a insatisfação da “massa carcerária”, como ameaça, quando suas reivindicações não são atendidas. O objetivo disso decorre do fato de que o indício de descontentamento de um número significativo de presos dá início a reuniões motivadas pela direção entre os representantes de galeria e a administração, sendo firmados acordos para minimizar a motivação dos presos em provocar distúrbios.

- **O líder no interior da galeria:** Responsável pela aplicação dos códigos de conduta dos presos. O representante cobra lealdade, cooperação e apoio nas proposições internas e externas da facção. Organiza o sistema interno do grupo de acordo com as necessidades do mesmo. Aproxima o grupo da segurança por meio da parceria ou afasta-o pela ameaça, propositalmente, como forma de mostrar poder e ter as suas reivindicações atendidas.

- **Liberdade como recompensa:** O Representante de galeria recebe da direção liberdade de ação, de decisão e a possibilidade de comando dos presos da galeria, como pagamento dos serviços prestados à instituição. A autonomia e a liderança do grupo são condições dadas ao representante pelo reconhecimento de sua importância no funcionamento da casa prisional. Os acordos que se estabelecem entre o representante e a segurança são considerados de significativa importância, porque mantêm o presídio menos vulnerável aos distúrbios.

- **Setor de supervisão - fórum institucionalizado:** Lugar onde ocorre o acoplamento/relação dos grupos facções e segurança. Setor que estrutura e organiza o PCPA. Nesse espaço, as facções cooperam entre si, em torno das reivindicações. O fórum tem a característica de aproximar as facções, também, pela possibilidade do encontro físico de seus líderes.

- **Fórum como aglutinador:** As reuniões e o setor de supervisão são espaços de troca de informações e discussão sobre diferentes interesses e modos de ser, que buscam aproximações, negociações diante das reivindicações. A partir da interação por trocas e acomodações, os acordos são firmados e os grupos e indivíduos, aproximados.

- **Formalidade e informalidade das relações:** Formalidade pautada pelas normas, rotinas e burocracias, envolvendo o setor de supervisão. Existem horários e dias definidos, bem como documentos/requisições que devem ser preenchidos com as reivindicações dos presos. A informalidade se caracteriza pelas regalias e concessões e reuniões esporádicas entre o grupo da segurança e presos para resolução de algum problema emergente. Algumas vezes, as reivindicações são atendidas quando há o cumprimento de normas por parte dos internos e não somente pelo caráter de direito ou importância da demanda.

- **Organização dependente da relação:** A organização dos indivíduos e dos grupos está baseada no bom relacionamento e nas trocas entre os representantes, presos e facções com a administração/agentes e direção. O relacionamento construído a partir de acordos, trocas e parcerias estrutura o sistema de forma a superar desavenças maiores e a diminuir as rivalidades e violências, amenizando os conflitos e equilibrando as relações. Todos cooperam no sentido de se preservarem num ambiente de risco e tensão.

- **Rearranjo das relações:** Meio pelo qual os grupos buscam se autopreservar pela diminuição da rivalidade e, assim, pela minimização da violência. Trata-se da preservação da ordem e, em decorrência disso, existe manutenção da integridade física dos indivíduos e sobrevivência dos grupos e do sistema como um todo. Existe um comprometimento entre os grupos de se relacionarem cooperativamente em acordos, sendo parceiros na administração da casa.

- **Qualidade das relações:** São observáveis, também, relações que se caracterizam pela verdade, a franqueza e a lealdade. Os grupos de presos, na figura de seus representantes, e os agentes gestores do setor de supervisão se apoiam em relações de confiança como forma

de terem segurança e, de certa maneira, poderem prever as ações de um ou de outro grupo. Entre os indivíduos se inicia um processo de empatia, que dá condição para minimizar as disputas de um sistema que historicamente é reconhecido pela rivalidade entre o grupo da segurança e os presos.

- **Uma nova alternativa na administração do PCPA:** Ocorreram mudanças na forma de administrar o PCPA. Existe uma política informal de administração voltada à cooperação entre os agentes de segurança e presos, na qual a direção reconheceu as facções como parceiras na condução das decisões no PCPA.

- **Origem dos grupos:** Os presos se organizam para suprir as suas necessidades. A afinidade por semelhança das necessidades entre os internos e a criação de uma ideologia própria, a partir da lógica de homens condenados pela justiça, são fatores importantes para formação dos grupos em uma prisão. A omissão, parcial, do Estado leva o sistema penitenciário a uma cultura de massificação, desse modo propondo ao preso o agrupamento como modo de autopreservação física e psicológica.

- **Facção como fenômeno:** O sistema penitenciário, a prisão e os grupos de agentes e técnicos são instituições históricas e burocráticas com objetivos definidos em um espaço estatal. Os grupos de presos/facções na instituição prisão são um fenômeno emergente que começou a ter força e reconhecimento institucional nos anos oitenta, sendo que sua estrutura foge de exigências formais da instituição na qual está inserido e do controle das leis do Estado.

- **Institucionalização da facção:** Existe uma iniciativa da administração do PCPA de institucionalizar as facções e seus líderes. Como forma de delimitar o espaço de cada grupo em suas galerias específicas e registrar devidamente seus líderes, a direção conta com documentos em suas rotinas que informam efetivamente a nomenclatura da facção e seu respectivo líder.

- **Cooperação:** São movimentos de aproximação pela cooperação, nos quais os grupos de presos e agentes se reconhecem e unem-se com o objetivo de, juntos, administrarem o sistema no qual estão inseridos. Os acordos são formados para que, em parceria, sejam contempladas as necessidades de subsistência e identidade de cada grupo.

- **Cooperação como estratégia de controle:** O grupo da segurança coopera com os demais grupos de presos como forma de manter sob seu controle a prisão. Essa estratégia parte do

princípio de que, na situação caótica que se encontra o PCPA, a melhor forma de administrar é dando notoriedade e força às facções. Dessa forma, o Estado delega poder ao plantão de galeria e ao grupo que representa para que, em parceria, mantenham o sistema equilibrado. As lideranças recebem o apoio da direção em suas demandas de poder e autonomia e, assim, não deflagram levantes violentos contra a segurança.

- **Caráter involuntário da cooperação:** Existe o processo involuntário ou inconsciente da cooperação, que está relacionado ao caráter de autopreservação e auto-organização dos indivíduos em um sentido autônomo e biológico dos sistema/indivíduos e dos grupos para a sobrevivência. A cooperação aparece como um contrato involuntário de sobrevivência. Nesse sentido, cada grupo busca o poder sobre o outro. Entretanto, acabam dividindo o poder ora avessos ora complementares em seus ditames ideológicos.

- **Cooperação em meio à rivalidade:** Os grupos de presos ideologicamente disputam espaço; entretanto, nas reivindicações de interesse comum a todos, cooperam. Os fóruns de reivindicação, tais como o setor de supervisão e as reuniões com a direção, são espaços de aproximação e integração dos líderes das facções. Pela necessidade de diálogo, para encaminhamento de suas reivindicações, ocorrem processos de empatia entre plantões, abrindo a possibilidade de reconhecimento do espaço e aceitação da cultura do outro grupo.

- **Cooperação no interior da facção:** O representante promove ações de apoio aos presos, principalmente àqueles mais necessitados. Esse líder se encarrega, também, da cobrança de lealdade aos códigos de conduta internos do grupo, reforçando o convívio pacífico e o respeito entre os internos. A cooperação e os códigos entre os sujeitos do grupo/facção têm o objetivo de preservar a ordem e a organização do grupo e a sobrevivência do indivíduo em um ambiente de risco constante.

- **Autopreservação:** A cooperação se encontra na lógica da autopreservação, meio pelo qual os indivíduos na prisão reagem aos riscos ali existentes. Mas, por outro lado, cooperar em um sistema caótico mostra um sintoma de desistência de um posicionamento crítico. Existe uma comodidade em funcionar de acordo com os ditames de um sistema em plena decadência. O indivíduo, diante de sua incapacidade de transformar o ambiente, prefere cooperar e retirar das relações o mínimo para sua subsistência e segurança.

- **Tensão como ponto de equilíbrio:** O clima de tensão entre as facções impulsiona o sistema para um equilíbrio. Nas ideologias dos grupos organizados existem pontos

antagônicos que resultam em rivalidade entre eles. A rivalidade entre as facções é o que impede que essas cooperem e mobilizem-se, reivindicando em parceria contra a administração. Os descontentamentos e as pressões regionalizadas enfraquecem os movimentos e facilitam a resolução dos problemas por parte da direção do PCPA.

### 2.5.2 Categorias finais

- **O Sistema externo:** Aqui se incorpora as categorias de sentido que estão relacionadas com as informações e reflexões externas à relação: grupos facções e agentes. Nesse contexto, estão o grupo de técnicos, o membro da promotoria da vara de execuções e reflexões, que incluirá a sociedade, e o Estado, na questão da administração do sistema penitenciário e, especificamente, da característica das relações que se estabelecem entre agentes de segurança e grupos organizados de presos. Esses dados serão trabalhados sob o ponto de vista do princípio da complexidade, do grupo como sistema e do sistema aberto.

- **As facções, o representante e o fórum de negociações:** Essa categoria uniu as categorias iniciais, que se relacionavam com as facções, o representante de galeria, sua liderança e seu papel nas relações entre presos e agentes de segurança. No que diz respeito às facções, os dados se referem à organização, processo de reconhecimento, institucionalização, participação na administração do presídio e como parte integrante da burocracia institucional, representada pelas negociações em um setor/fórum específico. Essa categoria será trabalhada, no metatexto, do ponto de vista do acoplamento estrutural, da recursividade e da dialógica.

- **As relações e a cooperação:** No cerne dessa questão estão as peculiaridades das relações entre os indivíduos e entre os grupos no presídio, ressaltando a cooperação, a parceria, a tensão e a rivalidade. Aglutinou-se questões ligadas à organização dos grupos na relação com instituição, motivo das aproximações, como meio, estratégia, e assim um rearranjo da configuração das relações para a autopreservação dos grupos e do sistema. No metatexto se prevê que esses dados sejam tratados pelos princípios autopoietico e auto-organizativo.

### 3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As informações obtidas através dos instrumentos foram analisadas e compreendidas segundo os pressupostos do projeto, mas, também, a partir da experiência do pesquisador no PCPA, como observador que se inclui no conhecimento, ancorado no método sistêmico complexo.

Para a discussão e reflexão com os operadores teóricos do sistema complexo, é importante compreender que o fenômeno das facções e suas relações com o grupo da segurança passam por um processo que permeia um padrão de rede (CAPRA, 2002b). Isso significa a interconexão e as interferências entre os elementos constituintes de um sistema na formação do sistema em rede. Nesse sentido, Morin (2005, 2002b) traz a idéia de que ocorrem emergências e fenômenos a partir da complexidade do todo, da relatividade das partes, e que essas partes separadas não apresentam as qualidades e as propriedades do todo. Na complexidade, os fenômenos só fazem sentido quando ligamos as diferentes partes ou unidades do sistema e sua interconexão com o contexto (MORIN, 2003b).

A partir de Alves e Seminotti (2006), os quais consideram o grupo como um sistema vivo e complexo, as facções e o grupo de agentes são sistemas integrantes de um sistema maior, que é a instituição prisão, a qual compõe um todo, interconectada com outros sistemas mais amplos que, segundo a distinção feita pelo observador, pode ser considerada contextos. A característica aberta desse sistema, isto é, quando opera na abertura, indica que sua existência e manutenção é inseparável das suas inter-relações com outros sistemas e com o ambiente (MORIN, 2002a).

As informações, consoantes com uma compreensão na complexidade, nos fazem entender que as facções são interdependentes de sistemas externos. O Estado, enquanto organização e estrutura externa, se mostra agente do crescimento dos grupos organizados na prisão, pela sua omissão parcial em promover ações que possibilitem uma cultura de civilidade dentro do sistema penitenciário. Sem a presença do Estado na prisão, para resolução dos problemas básicos de saúde e, de forma geral, de dar condições de vida digna ao preso, os agentes de segurança, em meio aos conflitos resultantes disso e a necessidade de solução, criam meios de administrar a prisão. Isso é exemplificado por esta fala do

integrante da promotoria: “[...] como o Estado não está resolvendo os problemas ali adequadamente, o que acontece é que a pessoa que está ali dirigindo o estabelecimento, funcionários e etc. Eles precisam resolver esses problemas que são cotidianos, que vão se repetindo [...]”<sup>6</sup>.

A precariedade e a omissão do Estado, no que diz respeito às condições de vida na prisão, incrementam a organização dos presos em grupos que constituem facções. O objetivo dessas é suportar a massificação ao preso, propostas pela instituição, e de fortalecer as reivindicações, no intuito de serem atendidas. Diante disso, os agentes de segurança, sem possibilidade de resistência ao poder das facções, dividem com as facções as decisões administrativas. A instituição, diante das circunstâncias, aceita a participação dos presos como estratégia para resolver problemas administrativos e como meio de sobrevivência diante do risco eminente de conflitos violentos.

Segundo as informações coletadas, um dos motivos pelos quais o Estado responde dessa forma está relacionado à cultura da sociedade. O cidadão comum parte do princípio de que a prisão deve ter, entre as suas características, uma principal: o poder de punir severamente o infrator para ser exemplo, para que outros não venham a cometer novos delitos contra a sociedade, ou seja, o Estado e a sociedade operam em uma lógica centrada, exclusivamente, na punibilidade.

Assim, existe uma simetria nas posições dos órgãos estatais responsáveis pela administração PCPA com o que a população em geral compreende como um sistema penal, e mais, se a demanda da sociedade não passa por soluções na área penitenciária, o Estado, por questões políticas, tende, também, a não reconhecer isso como uma demanda. Como refere o funcionário da promotoria de execuções criminais: “[...] as pessoas não cobram e por não cobrarem o Estado não faz”.

Assim, é possível entender que o Estado e a sociedade constituem o contexto do qual fazem parte as facções e suas relações no presídio e, também, conceber o sistema prisional e o PCPA como um sistema complexo, quando se percebe as interações e as ligações entre elementos em rede para produzir o fenômeno como uma emergência, no caso, o fenômeno das facções.

---

<sup>6</sup> Fragmentos das verbalizações dos participantes da pesquisa.

Essas são resultantes de entrelaçamentos de fatos, comunicações e informações, sendo sua existência elo da rede e suporte para continuidade dessas mesmas comunicações por um processo recursivo, no qual os produtos e os efeitos são produtores e causadores do que os produz (MORIN, 2003a). As facções, com suas ações e peculiaridades nas relações com a segurança, configuram-se nas políticas de administração das casas prisionais e, por sua vez, formam a política do Estado para o sistema penal. Entretanto, desse modo o Estado depende dessa dinâmica dos grupos no sistema para existência do sistema penitenciário.

A forma com se organiza o PCPA, propicia que o Estado ainda tenha certo controle sobre essa prisão, mesmo que seja a partir de estratégias de divisão de poder com as facções. Percebe-se que a política prisional do Estado, enquanto elemento fundamental para a criação das facções, é ao mesmo momento criada e mantida, enquanto política penitenciária, por essas mesmas facções. Essa questão está relacionada à já referida capacidade dos elementos de serem produtores de fenômenos e, esses próprios fenômenos produzirem os elementos que os produziram (MORIN, 2003a).

Nesse mesmo sentido de interdependência das facções de sistemas externos, se faz a reflexão da relação estreita entre as facções, suas ações internas com o aumento da criminalidade externa. As facções, em seu recrutamento de indivíduos presos, os impossibilitam de terem autonomia própria, fazendo com que reajam ao encarceramento pela lógica do grupo que pertencem e se identifiquem com a prisão e com a exclusão propiciada por ela. Nessa direção, ocorreu este questionamento de um técnico do PCPA: “[...] essa relação de poder [o poder das facções no PCPA], como ela está, né, no que ela colabora para o aumento de toda essa violência que se fala, que se vê e o aumento da própria população carcerária?” e este discurso por parte do membro da promotoria, se referindo ao sujeito já em liberdade “[...] tem gente que opera com o crime em longa escala fora (presídio), que começou a investir ali dentro”. Assim a organização de presos fornece ao exterior da prisão um novo indivíduo, que será alvo da justiça penal, pela suposta continuidade de seu processo de exclusão, aumentando, assim, as taxas de reincidência criminal. Por outro lado, é importante ressaltar que, a facção que propõe a exclusão social, dentro da prisão, forma uma rede de apoio com a qual esses mesmos presos contam para sua sobrevivência.

Tendo como base a complexidade e as diversas inter-relações com outros sistemas, também inclui-se o grupo de técnicos do PCPA nessa discussão, mostrando que esse é constantemente excluído das relações entre os presos e os agentes. Como esses integrantes da equipe técnica referiram: “A intimidade das relações (entre presos e agentes) que se dão lá, nós não participamos dessa intimidade, então o que chega pra nós já chega filtrado [...]” e “[...] é uma relação que é fechada a ferro, né, que a gente percebe, não tem como entrar nessa discussão”. O caráter oculto dessas comunicações indica que esses dois grupos buscam formas de se comunicar que importam somente para eles; os ganhos com essa forma de se relacionar dizem respeito somente aos presos organizados e aos agentes de segurança, motivo pelo qual excluem interferências de terceiros. Neste caso, operam na clausura, entretanto, são abertos pra alguns sistemas e pra outros, fechados.

Nesse sentido, Maturana (1997) explica que os sistemas, em um processo de clausura, se organizam construindo sua própria complexidade e a comunicação nesse fechamento sistêmico faz sentido somente para o sistema envolvido e seus indivíduos. Chama-se de *auto-referência* e se compreende como o caráter autônomo do sistema. Entretanto, parte-se do princípio de que um sistema social, mesmo com seus fechamentos localizados, é criado dentro de uma rede, e que necessita da colaboração de cada sistema para a reprodução da comunicação do sistema maior, demonstrando uma abertura sistêmica (MORIN, 2002a). Por isso, este estudo se utiliza das informações obtidas com a equipe técnica, como sistema externo ao objeto de pesquisa, para nortear as discussões no que diz respeito às peculiaridades das relações entre as facções e agentes no PCPA, que, em linhas básicas, aparecem neste discurso de um integrante da equipe técnica: “[...] com a população carcerária do tamanho que tá, ela tem que ter uma relação, os dois (presos e agentes) têm que trabalhar na mesma linha, de parceria na verdade, porque do jeito que tá.”

Nesse sentido, das peculiaridades que envolvem essas relações entre os dois grupos em questão, as informações da pesquisa mostraram que, para um primeiro aprofundamento, é necessário focar no papel desempenhado pelo preso representante de galeria.

O representante tem como função primária expressar, em nome dos presos de uma galeria específica, as suas necessidades, dando encaminhamento às reivindicações junto à administração da instituição. No entanto, os dados descortinaram desvios nas atribuições do

representante de galeria e expectativas em relação a seu papel por parte dos integrantes da chefia de segurança.

*O representante como agente*, enquanto uma categoria inicial desta pesquisa, indica que é uma figura emblemática criada pelo sistema e respaldada pela direção do PCPA. A expectativa do grupo da segurança é que esse indivíduo seja um agente propagador das regras administrativas. No cerne deste processo estão os acordos firmados entre os agentes de segurança e o representante no atendimento das reivindicações dos presos; ou seja, essas, quando são atendidas, fortalecem o caminho comunicativo das normas do presídio através do representante até os presos internos da galeria. Nesse sentido, um adjunto da chefia de segurança relata: “[...] os representantes de galeria, com essa informação da supervisão, vão manter a galeria e chamam os presos que empregam aquela galeria e dizem pra eles, informam a eles que, a partir daquele momento, o procedimento e as condutas desses presos no interior do presídio, no interior daquela galeria são estabelecidos daquela forma que a supervisão (setor da segurança) determinou”.

O representante, por outro lado, também faz o caminho inverso, trazendo até a segurança o discurso do grupo de presos, não somente pelas reivindicações produzidas diante das necessidades do interior da prisão, mas também pelas discordâncias ideológicas em relação à forma como a direção e o Estado administram o presídio. Essas mensagens chegam à segurança muitas vezes com a conotação de ameaça, e indicam que são criadas no sentido de contrapartida das normas impostas pela segurança. Para exemplificar, representantes de galeria relataram: “[...] eu já disse, todo mundo tá vendo a situação, a superlotação, e a hora que encrespar, ninguém vai segurar; uma andorinha não faz verão; vai da boa vontade de cada um, a Brigada tem visto a situação” e “[...] se eles não conseguir nada, eu também não vou conseguir segurar o povão [tranqüilizar os internos da galeria] lá em cima”.

Apesar de parecer que o representante apenas informa a segurança das inconformidades dos presos da galeria, sabe-se que, entre os presos, ele é considerado um líder, assim podendo ser, ele próprio, o articulador desses movimentos reivindicatórios. As verbalizações a seguir, do representantes de galeria, indicam esse poder e autonomia que o representante tem entre os presos: “Só aceitei ficar de representante se fosse pra ser da minha forma, do jeito que eu pensava. Daí, pra começar, foi feita uma reunião e todo

mundo [presos integrantes daquela galeria] concordou” e “[...] se eu não tiver pulso dentro da galeria fica chato”.

Essas duas atividades do representante na qualidade de agente das normas administrativas e, ao mesmo tempo, porta voz do grupo de presos se complementam, convergindo para uma terceira atividade verificada: a de *mediador*, assim exemplificada nesta fala de um representante de galeria: “Vamos dizer que o representante é uma função, como se diz, uma função meio complicada; ficar entre os presos e entre a Brigada. Ao mesmo tempo tem que dialogar com os presos e dialogar com a própria Brigada, com a direção da casa pra poder ter um consenso dos dois lados [...]”.

Entende-se, então, que o representante, por sua posição estratégica, é o elo entre os dois grupos/sistemas, presos e seguranças. É ele agente da permeabilidade entre os grupos, dando condição para que ocorra uma comunicação entre dois sistemas sociais.

Em certo sentido, o preso representante de galeria opera como figura central e determinante do acoplamento entre os sistemas-grupos. O acoplamento, enquanto interação entre os grupos envolvidos é fundamental para a conservação do sistema, indicando, assim, a importância e função do representante nesse processo. Apoiando-se nas idéias de Maturana (1997) pode-se dizer que o representante propõe o fluxo de comunicação entre dois grupos-sistemas e, assim, operam-se mudanças estruturais do sistema por relações de cooperação. Nesse mesmo sentido, Morin (2002d) diria que o processo que envolve o representante de galeria encadeia relações entre indivíduos e grupos, ligando-os inter-relacionalmente e tornando-os participantes de um todo auto-organizável em processos recursivos, de produção de si e preservação dos grupos e do sistema.

A partir dessas considerações teóricas, entende-se que as interações que ocorrem entre o grupo de presos e os agentes, especificamente pela ação do representante, têm o objetivo de, constantemente, promover mudanças estruturais nos sistemas grupos e facções e no sistema prisional, com repercussões no sistema de leis e ordem. A ação das informações, que converge no representante, possibilita a adaptação/acoplamento dos grupos às circunstâncias geradas no interior da organização, de um lado pelas reivindicações dos presos e, do outro, pelas normas institucionais e, da mesma forma, é auto-organizador do sistema/instituição. Isso significa que o sistema-presídio opera nos

princípios auto-organizativo e autopoietico, pela qualidade de formar relações que sejam arranjos, propostas de autoprodução e sobrevivência.

Os aspectos associados ao papel do representante implicaram em se fazer associações e considerações aos dados-informações que se relacionam às facções no PCPA. A notoriedade recebida pelo representante significa o reconhecimento institucional das facções. Os dados demonstraram que esses grupos são considerados nas suas diferenças ideológicas e respeitados nas suas normas internas, recebendo autonomia para administrarem a galeria conforme os ditames específicos das lideranças.

A administração do Presídio Central, em seus registros burocráticos, subdivide a população carcerária por galerias com o nome do representante e da facção que integra a respectiva galeria. Além disso, os representantes são recebidos em reuniões periódicas com a direção, indicando assim que esses estão incluídos nas formalidades administrativas da instituição, conforme esta fala de um integrante da direção: “São feitas reuniões, até semanais, com os plantões que são os representantes de todas as galerias com a administração da casa [...]”.

Por sua vez, as facções demonstram também uma política de aproximação com a segurança, diferentemente do que acontecia, segundo dados históricos, nos anos oitenta e noventa, quando o PCPA era palco de motins e fugas decorrentes da rivalidade entre presos e administração, como exemplificam estes representantes de galeria: “Tá na maior paz do mundo. Logo quando eu cheguei tinha uma guerra (conflitos violentos), logo depois que eu entrei, eu e o outro assumimos, não queremos guerra [...]” e “[...] Sendo o maior presídio da América Latina (PCPA) e dizer que tem paz? É, não é fácil, mas tem, tem paz aqui”.

As aproximações recíprocas entre o grupo da segurança e as facções são expressas nos acordos: os presos, para que suas reivindicações sejam atendidas, e o grupo de agentes, como forma de assegurar que não ocorrerão conflitos violentos que coloquem os grupos em risco. Essas duas posições aparecem nestas citações de um agente de segurança: “A relação é realmente bem amistosa, no sentido de que sempre se preza pelo respeito [...], eles respeitando a guarda, com certeza a guarda vai encaminhar os pedidos deles” e “[...] a gente faz esse balanço aqui de negociação com eles, pra eles manterem a casa tranqüila”. Por outro lado, os presos dizem: “Não adianta nós bater de frente com eles, discutir com eles,

tem que ser no diálogo mesmo, no diálogo, pra poder dar continuidade, pra poder reivindicar [...]”.

As informações obtidas e o contexto referido dão a idéia de estratégias bem definidas e as intencionalidades de cada grupo, no que diz respeito a satisfazer suas necessidades nesse contexto prisional. Entretanto, essas falas do membro da promotoria trazem outra questão: “[...] isso não é que seja vontade de alguém, tudo é consequência; produziram isso da maneira como está [...]” e “não é consciente, mas é o que vai se fazendo ao longo do tempo”. Essas informações, vistas pelo princípio dialógico, permitem que se pense no caráter involuntário dessa ação/relação. Segundo Morin (2003a), o dialógico une, torna complementares duas noções, à primeira vista antagônicas, numa mesma realidade. Assim, a cooperação observada nas informações de pesquisa é a recorrência de interações que resultam em um sistema social e no qual os seus integrantes se modificam para uma adaptação com vistas à preservação dos sistemas, ou seja, adaptam-se e preservam-se, assim operando pela intencionalidade humana/biológica de autopreservação associada à intencionalidade social (MATURANA, 1998, 2002). Esses achados sugerem que a cooperação é uma finalidade do sistema social e que ocorre como atividade espontânea de coexistência entre humanos (MATURANA, 2002).

No interior dos grupos organizados de presos, as informações indicam que há um significativo processo de formação de relações cooperativas, fenômeno esse já comentado por Sallin e Seminotti (2005). As facções, a partir de sua liderança, formam redes de apoio ao preso e a seu familiar, como também, de forma menos contundente, relações de cooperação entre líderes de facções diferentes. No que diz respeito aos presos comuns (aqueles que não compõem as lideranças), esses formam as comunidades no interior da prisão com base também nas relações cooperativas. Estas falas dos representantes de galeria demonstram essas afirmações: “lá a gente vai ajudando um ao outro, de vez em quando um pacote de fumo, uma cebola, até mesmo passagem pra visita [...]” e “[...] entra um dinheiro, aí a gente tem esse dinheiro aí pra ajudar, pra ajudar os outros, é um dinheiro que a gente ajuda os outros lá, é um dinheiro nosso” e entre representantes, “Até tá tendo um diálogo com as outras galerias e os outros representantes pra um ajudar o outro [...]”.

No que se refere especificamente a esse último depoimento, que demonstra uma maior aproximação entre os representantes das galerias e líderes das facções, essas relações,

entretanto, continuam mantendo uma tensão pela rivalidade oriunda das diferenças ideológicas. A tensão, a rivalidade e o afastamento impedem que os presos unam suas facções e cooperem nas reivindicações. Por outro lado, a administração do PCPA conta com essa rivalidade e desunião dos grupos para que não ocorram levantes reivindicatórios de proporções que desestabilizem a instituição, colocando em risco o grupo da segurança e, assim, passando para a sociedade uma idéia de fragilidade do sistema.

No caso do grupo dos agentes de segurança, a cooperação nas relações com o preso parte da necessidade de tornar o ambiente do presídio menos áspero, pois as condições que se apresentam nesse ambiente, tanto física, quanto psicológica dos seus internos, anunciam um local propício a conflitos de toda a ordem. Em outras palavras, com relações amistosas, o agente de segurança se defende da doença mental e alivia a angústia perante uma instituição que oferece pressões e riscos, e assim sofrimento psíquico. Aqui se reproduz um discurso que refere a pressão psicológica sofrida pelo trabalhador do PCPA. “[...] parte dessa coisa básica do medo, porque não há como tá lá dentro e não ter medo, nós aqui em cima, quando bate a campainha (sinal de alerta que precede a retirada dos funcionários do presídio, por risco de motim) todos nós temos medo, e o que a gente quer é sair correndo daqui [...]”.

No centro da discussão dos dados de pesquisa, até aqui, estiveram as peculiaridades das relações entre o grupo das facções e seu líder com o grupo da segurança e direção do PCPA. A partir dessas relações, que demonstraram um processo cooperativo em um sistema reconhecido pelas rivalidades dos grupos em questão, sugerem uma análise e compreensão a partir dos conceitos de autopoiese, de Maturana, e de auto-organização, de Morin.

Segundo Maturana (2002), o sistema social se origina na conduta de seres vivos numa rede de interações, na qual eles se configuram na sua adaptação e organização, assim se realizando como seres vivos, no caso de um sistema social humano, se realizando como seres vivos humanos. Nesse sentido, parte-se do entendimento de que as relações, interações e comunicações entre grupos e pessoas no presídio se configuram num sistema social, no qual seu limite ou membrana é a instituição.

Os dados mostraram que as relações nesse sistema social vêm sofrendo rearranjos, como alternativa para minimizar os conflitos violentos causados pelas rivalidades entre

agentes e presos. Esse atual momento responde à necessidade de autopreservação dos grupos envolvidos e do sistema/instituição de maneira geral.

Morin (2002c) refere que os sistemas sociais estão em constante processo de reorganização e autopoiese. Esses sistemas se organizam a partir de interações entre pessoas e grupos, nos encontros, trocas, cooperações, solidariedade, rivalidade, concorrência e conflitos. A autopoiese, como diz o próprio termo, significa: criar-se, produzir-se; é a condição de um sistema de se autopreservar através da conservação de si mesmo (MATURANA, 1998).

Dessa forma, entendemos que o sistema penitenciário, nos tempos de grande desordem, era presságio de tempos de acomodações e ordem e sinal de novas desordens. Os sistemas, inclusive os sistemas sociais, contam com um elo substancial entre desorganização e organização, ou seja, é um caráter paradoxal, a desordem nasce da ordem, a qual gera a desordem. O universo se recria constantemente de um antagonismo e complementariedade entre ordem e desordem (MORIN, 2005). Mas devem-se conceber essas desordens, também, a partir de seu potencial criativo, como desvios que dão condições ao sistema de promover transformações, isto é, grandes avanços no conhecimento e mudanças sociais importantes se deram por “rupturas, e brechas” na forma de idéias que contestavam as normas estabelecidas (MORIN, 1998, p. 39). Isso significa que é necessário o “ruído” para manter a ordem viva (MORIN, 2002a).

Os tempos de crise, instalada nos motins e fugas no PCPA, criaram espontaneamente meios, estratégias e condições para que novas formas de se relacionar acontecessem, para recuperar e reequilibrar a instituição. As facções que foram grandes responsáveis pelas atribuições no PCPA nos anos noventa, com a sua institucionalização hoje, são responsáveis pela “estabilidade” da instituição. No entanto, essas organizações de presos cresceram de forma a estarem presentes em quase todas as casas prisionais. As facções conquistaram autonomia e reconhecimento para, juntamente com as equipes de segurança, administrarem as casas e assim assumirem o controle de uma parcela do sistema penitenciário, provavelmente a parcela que o Estado renegou.

Um dos fatores relacionados ao momento atual do PCPA, que merece reflexão e questionamento, é a impossibilidade de uma grande parte dos seus presos de serem transferidos para outros estabelecimentos, principalmente para casas de regime semi-aberto

controlados por uma facção que não a mesma que esses presos tenham participado ou pelo menos convivido na mesma galeria do PCPA. Esse fator está presente no depoimento de um técnico: “[...] então quando eu chegar lá fora, mesmo que eu não tenha participado de nada (participado da liderança da facção), mesmo que eu tenha ficado lá no fundo da galeria, eu saio daqui com uma marca, eu sou da facção tal, então eu posso até não poder estar em algum lugar (ser perseguido no regime semi-aberto)”.

A característica, relativa a perseguições a presos de facções rivais no sistema penitenciário e PCPA, indica ser responsável por grande parte das fugas no regime semi-aberto (SALLIN, 2003). Essa realidade está alertando as autoridades para uma retomada, por parte do Estado, da parcela que cabe ao Estado na administração do sistema penitenciário. Pode-se compreender que essa perspectiva vislumbra um novo conflito, pois implicará em transformações relacionadas à destituição de poder delegado aos grupos organizados e seus líderes. Esse seria mais um processo emergente, entretanto, que significaria, como Morin (2002d) explicou, um fluxo do sistema que alimenta o próprio sistema, sendo o desequilíbrio, o desvio, a ruptura e a brecha más, que é remanescente do equilíbrio (MORIN, 1998).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa, evidencia-se que as relações entre as facções e o grupo dos agentes de segurança no PCPA são relações complexas e respondem ao processo auto-organizativo dos sistemas sociais. No centro dessas relações estão, dialogicamente, a rivalidade ideológica e a cooperação. Os grupos buscam a parceria na administração do presídio para, voluntária e involuntariamente, se autopreservarem, pois um sistema social, que opere somente pela lógica da competição ou da rivalidade, aponta para degeneração desse sistema.

No PCPA, os conflitos advindos das reivindicações dos presos incitaram processos de aproximação do grupo da segurança com as facções, e essas aproximações resultaram em parcerias para fazer a gestão do presídio. Assim originou-se a autonomia das facções e de seus líderes, os quais atualmente controlam uma parcela muito grande do sistema penitenciário. Nesse momento, germinam questionamentos na opinião pública e nas autoridades da justiça penal a respeito dessa institucionalização de grupos organizados na prisão, podendo ser considerado um desequilíbrio institucional e indicar a necessidade do retorno de um maior controle do Estado nesse setor. Com isso, mostram-se os movimentos em recursão do sistema, de equilíbrio, de ordem, e de desequilíbrio e de desordem, e lembra-se que a referida desordem, como explica Morin (2002c, p.193), “não significa apenas agressão, delinquência, mas também liberdade, iniciativa, ou mesmo criatividade”.

Para finalizar, é importante que se considere o limite de um estudo no qual o fenômeno é complexo e que, a todo o instante, novas configurações estão surgindo, acentuando a necessidade de maiores estudos no tema. Deve-se levar em conta, também, aqueles dados que, até este momento, não se integraram à discussão, por não fazerem parte, ainda, das estruturas do conhecimento do pesquisador. O que se quer dizer é que o pesquisador/observador procurou ser um tradutor das relações entre grupos no PCPA, entretanto, sua tradução ficou restrita e relativa ao seu processo de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam C.; SEMINOTTI, Nedio. O pequeno Grupo e o Paradigma da Complexidade em Edgar Morin. **Psicologia USP**. São Paulo/SP: USO-IP. v. 17, n. 2, p.113-133, 2006.

CAPRA, Frijof. **Conexões Ocultas**. São Paulo/SP: Cultrix, 2002a.

CAPRA, Frijof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2002b.

COIRO, José Rafael Rosito; CASAGRANDE, Diego. **Porto Alegre: 48 horas sob terror. Melara e a rebelião no Hospital Penitenciário**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

DORNELLES, Renato Nunes. **Falange Gaúcha: O Presídio Central e a História do Crime Organizado no RS**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2008.

ELMIR, Cláudio Pereira . **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.535-553, jan./dez. 2005.

GILL, A. Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo/SP: Ed. Atlas, 1999.

MATURANA, H. **De Máquinas e Seres Vivos**. Porto Alegre.RS: Artes Médicas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Da Biologia à Psicologia**. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Ontologia da Realidade**. Belo Horizonte/MG: UFMG, 2002.

MORAES, Roque, GALIAZZI, Maria do C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007.

MORIN, E. A noção de sujeito. In: Schnitman, D.F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 45-58.

\_\_\_\_\_. **O Método 4:** As Idéias. habitat, Vida Costumes, Organização. Porto Alegre: ed Sulina, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ciência com Consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.

\_\_\_\_\_. **A Religação dos Saberes:** O desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b.

\_\_\_\_\_. **O Método 5:** A Humanidade da Humanidade: A Identidade Humana. Porto Alegre: Ed Sulina, 2002c.

\_\_\_\_\_. **O Método 1:** A Natureza da Natureza Porto Alegre: Sulina, 2002d.

\_\_\_\_\_. Para Navegar no Século XXI: Tecnologias do Imaginário e Cibercultura. In SILVA, Juremir M e MARTINS, Francisco M. (Org). **Novos Paradigmas, Cultura e subjetividade.** Porto alegre: Artes Médicas, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro.** São Paulo/SP: Cortez, 2003b.

\_\_\_\_\_. et al. **Educar en la Era Planetária.** Barcelona: Gedisa, 2003c.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Cabeça Bem-Feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Método 3:** O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2008.

ROMERO, Sonia. Conceituação e Técnicas de Aplicação dos Grupos Focais. In: SCARPARO, Helena (Org). **Psicologia e Pesquisa:** Perspectivas Metodológicas. Porto Alegre/RS: Sulina, 2000.

SALLIN, Vinícius. Motivos Preponderantes do Alto Índice de Fugas do Regime Semi Aberto. **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias**. Pelotas/ RS, v. 2, n.1, jan-dez. 2003.

SALLIN, Vinícius; SEMINOTTI, Nédio. Facções na Prisão sob o Olhas da Complexidade. **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias**. Pelotas/ RS, v. 4, n.1, p. 89-103 jan-dez, 2005.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

Considerando o estudo como um todo, tanto em sua seção teórica, quanto empírica, o pesquisador procurou formular reflexões: primeiro que fossem coerentes com as idéias obtidas em seus oito anos de experiência de trabalho no sistema penitenciário e, depois, que promovessem avanços no entendimento dos processos sociais em um campo pleno de controvérsias, no qual, atualmente, o senso comum, a mídia e as ciências jurídicas são quem tomam a frente das discussões e, em geral, são as que prevalecem sobre as demais.

O construto teórico correspondente à primeira seção, apresentou pontos que serviram de suporte para se pensar o que seria importante em um trabalho empírico. Pontos como o homem preso, o grupo e a instituição foram tecendo um campo e, ao mesmo tempo, aproximando compreensões e reflexões propostas por uma observação feita pelo pesquisador às questões teórico-metodológicas de um estudo científico.

O trabalho teórico no tema das facções abriu a possibilidade para entendimentos, principalmente no que diz respeito à instituição e suas implicações no fenômeno, para que se fizesse um afastamento das compreensões que qualificam os grupos organizados de presos como apenas uma expressão da criminalidade contemporânea, e tratados, quase que exclusivamente, dessa forma. A responsabilidade atribuída ao poder público pela omissão e a ação institucional estratégica na manutenção das facções abre precedentes para que se penetre em questões que envolvem o Estado, o presídio e o grupo de agentes .

O Estado aparece como aquele que se omite, em parte, diante de várias demandas sociais, inclusive as do sistema penitenciário. De certa maneira, o Estado responde à lógica de uma sociedade que considera exclusivamente a punição como a forma de resolver o problema da criminalidade. Nesse contexto, as questões que recaíam somente sobre o preso, no que diz respeito a sua motivação para continuar a prática criminal e o desinteresse em se incluir na vida social, tomam outras formas e se diluem em um campo complexo, macro e em rede.

O mesmo se mostra quando se propõe incluir nessa discussão a instituição e, por conseguinte, o grupo de agentes de segurança. A instituição, sem a possibilidade de se omitir, por ser constituída, em parte, pelas facções, propõe uma resposta ao fenômeno e se põe aberta a aceitar relações que contribuam para a “ordem” do sistema prisão. Nessa

lógica, a ética, em alguns momentos, dá lugar à necessidade de autopreservação, e promove aproximações e parcerias entre sistemas-grupos como forma de sanar a omissão do poder público.

Mesmo que tenhamos nos aprofundado necessária e demasiadamente nas questões relativas às relações entre os grupos, e mesmo nas questões institucionais, está, de forma subjacente, no centro deste estudo, as motivações individuais tanto de um homem preso, inscrito em um contexto de exclusão, internado em regime fechado, como, de outro lado, outro homem, agente de segurança, pertencente a uma história burocrática institucional. Segundo se conclui, esses dois indivíduos com os mesmos temores respondem na lógica da autopreservação, ou seja, cooperam em suas relações para dirimir conflitos que levem risco a suas próprias vidas.

Com isso, levanta-se a questão de que a dicotomia entre certos e errados ou mocinhos e bandidos somente afasta a confrontação que chama a sociedade civil, e mesmo a acadêmica, para a reflexão das conseqüências da exclusão social. A exclusão se apresenta tanto no preso, pela sua possibilidade de acessar uma subjetividade no fluxo da sociedade como um todo, significando estar sempre à margem da cultura da economia e da liberdade de expressão, como também no agente de segurança, por ser esquecido no interior da instituição e, assim, por sua conta, ter que criar mecanismos de adaptação e defesa contra um ambiente propício à violência.

Entretanto, não se quer ser ingênuo e pensar que nesse contexto não existem, tanto de um lado quanto de outro, responsabilidades por parte do próprio indivíduo, pela forma como opera e responde ao sistema e, de certa forma, se exclui dos processos e relações construtivas. Mas sim, propor um entendimento que dê abertura para que se aceite também outras lógicas, as quais se relacionam ao operar de um sistema-instituição que necessita de civilidade e humanização.

Isso está diretamente ligado à forma que a pena privativa de liberdade e a prisão estão hoje organizadas no seu modelo e em seus objetivos. Certamente uma instituição na qual, em seus preceitos, está a inclusão social paulatina de alguém que praticou um delito, mas que na verdade, propõe cada vez mais exclusão, responderá a essa contradição e, como se vê, muitas vezes, de forma traumática, pela violência e pelo desequilíbrio institucional.

Nesse sentido, a complexidade enquanto pensamento faz perceber que tudo se relaciona com tudo, e o fenômeno das facções, a instituição prisão e os grupos estão sendo gerados em uma teia de inter-relações recursivas entre a sociedade, o poder público, a mídia, a cultura, a economia e, inclusive, o indivíduo comum. Pensar complexamente é deixar que diferentes lógicas de diferentes direções converjam em um fenômeno sem que isso leve a uma dispersão, e sim favoreça uma compreensão mais madura e, além disso, proponha uma capacidade de considerar a importância e o fluxo das comunicações sistêmicas com suas emergências e desvios.

Entretanto, além dessa complexidade, que procura entender os fenômenos pelas suas conexões multidimensionais, acoplamentos, rede, e pelos princípios básicos do pensamento sistêmico, na qualidade de um referencial teórico-metodológico, existe um pensar sistêmico complexo, o qual é validado na disposição do observador em aceitar genuinamente a complexidade de seu olhar sobre o objeto. O pesquisador, na produção-reflexão, vai se autoproduzindo e humildemente revendo constantemente seus conceitos, ora fortalecendo-os ora desconsiderando-os.

Esse movimento se faz caminhando com desapego às idéias e aberto ao contraditório no sentido de um olhar dialógico. Esse princípio complexo, mais do que um fundamento, é uma postura diante do diferente, do que não é nosso, propondo uma visão daquilo que não é habitual, cotidiano e familiar, ou seja, do que não é evidente e, assim, entender que idéias e conceitos individuais são possíveis apenas, entre tantas outras idéias.

Tudo isso se resume em necessárias mudanças paradigmáticas, proposta principal deste estudo e, que na sua essência, é uma tradução de processos internos de um sistema pouco explorado. Assim, espera-se que a visibilidade acadêmica possa operar como formadora de parcerias entre os campos da ciência e a instituição prisão, dando condição de reflexão e ação para questões dos indivíduos presos e do trabalhador do sistema penitenciário.

## APÊNDICE A– ENTREVISTAS INDIVIDUAIS SEMI-ESTRUTURADAS

Os três modelos de entrevistas neste apêndice se subdividem em: a) Entrevista destinada ao integrante da direção, integrante da chefia operacional e agentes adjuntos da chefia de segurança; b) Entrevista destinada aos presos representantes de galeria; c) Entrevista destinada ao integrante da promotoria de execuções criminais e essas pretendem colher informações que estejam relacionadas com objetivo principal desse estudo, o qual consiste em compreender como se organizam as relações entre os grupos das facções e da segurança, intra e intersistemicamente, sendo essas relações estratégias que objetivam administrar e reduzir os conflitos violentos no Presídio Central.

### **a) Entrevista destinada ao membro da direção; membro da chefia operacional; agentes adjuntos da chefia de segurança.**

1 Que tipo de trabalho é desenvolvido no setor de supervisão, partindo do princípio que é neste local onde a equipe de segurança se comunica com os representantes de galeria?

2 Qual a importância deste trabalho no setor de supervisão para o Presídio Central ?

3 Qual a linha de procedimento adotada pela equipe de segurança em relação ao tratamento e a relação com os plantões representantes de galeria?

4 Como você procura se relacionar com os presos representantes de galeria?

5 Existe alguma relação entre o trabalho que é desenvolvido no setor de supervisão e a diminuição dos conflitos violentos?

### **b) Entrevista destinada aos presos representantes de galeria.**

1 Você como representante de uma galeria, como se relaciona com os agentes de segurança do setor de Supervisão?

2 Como você acha que deve ser o relacionamento de um preso com o pessoal da segurança e por que?

- 3 Diante das reivindicações, existem dificuldades para chegarem em um entendimento, acordo?
- 4 Qual o procedimento adotado por você, quando não ocorre um entendimento no primeiro momento, acordo?
- 5 Qual a melhor forma dentro da prisão para se chegar em um acordo?
- 6 Ceder faz parte de uma maneira de se relacionar na prisão?
- 7 Que tipo de relação entre o grupo de presos e o grupo de agentes é necessário para manter o clima tranquilo, sem violência e sem brigas?
- 8 Existe diálogo/relacionamento entre os presos de diferentes grupo?
- 9 Existe diálogo/relacionamento entre os representantes de galeria, se existe como são essas relações?
- 10 Quanto à rivalidade entre os grupos, como ela está hoje no PCPA?
- 11 Todos os dias o representante de galeria leva reivindicações para a segurança e que tipos de reivindicações são feitas?
- 12 Como é o relacionamento de vocês do mesmo grupo dentro da galeria e como são administrada as coisas lá dentro?

**c) Entrevista destinada ao membro da promotoria da vara de execuções criminais**

- 1 No que se refere as facções no Presídio Central de Porto Alegre, qual a sua posição e entendimento em relação ao seu crescimento atual e as implicações destas facções para o sistema penitenciário e para os presos?
- 2 Como você interpreta as relações que se estabelecem entre a administração e grupo de segurança com as facções.
- 4 Qual a melhor forma de administrar o sistema penitenciário e o PCPA. Da forma como eles estão organizados hoje, dividido em grupos, superlotação e etc.?
- 5 Porque que as conturbações, motins e conflitos violentos, mesmo diante de uma crescente população carcerária, eles diminuíram?

## **APÊNDICE B – GRUPO FOCAL**

O objetivo do grupo foi produzir uma reflexão e discussão entre os técnicos psicólogos e assistentes sociais do PCPA, mediada pelo pesquisador e com o foco nas relações entre os grupos das facções e da segurança, intra e intersistemicamente, sendo essas relações estratégias que objetivam administrar e reduzir os conflitos violentos no Presídio Central.

A técnica do grupo focal propõe que cada integrante reflita e fale o que quiser sobre o tema proposto, sem interrupções ou críticas. O pesquisador tem a função de construir algumas questões consensuais entre os integrantes do grupo e propor que a discussão se desenvolva focada no tema.

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(entrevista individual semi-estruturada)

Prezado(a) participante:

Sou mestrando em Psicologia Social da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor Dr Nédio Seminotti- CRP 07/0529, cujo objetivo é: Discutir e compreender como se organizam os grupos das facções e o grupo da segurança na construção de estratégias para administração e redução de conflitos no Presídio Central.

Sua contribuição será participar de uma entrevista que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de quarenta e cinco minutos.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelos pesquisadores: Vinícius Sallin 91169175, pelo professor orientador Nédio Seminotti fone 33203500, Ramal 7747 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisas da PUCRS, fone 3320 3345.

Atenciosamente,

Professor Orientador

\_\_\_\_\_  
Nedio Seminotti – CRP 07/0529

\_\_\_\_\_  
Local e data

Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Vinícius Sallin – CRP 07/08547

\_\_\_\_\_  
Local e data

Matrícula: 07190838

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Local e data

**APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
(grupo focal)

Prezado participante:

Sou mestrando em Psicologia Social da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor Dr Nédio Seminotti- CRP 07/0529, cujo objetivo é: Discutir e compreender como se organizam os grupos das facções e o grupo da segurança na construção de estratégias para administração e redução de conflitos no Presídio Central.

Sua contribuição será participar de um grupo focal, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de uma hora.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelos pesquisadores: Vinícius Sallin 91169175, pelo professor orientador Nédio Seminotti fone 33203500, Ramal 7747 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisas da PUCRS, fone 3320 3345.

Atenciosamente,

Professor Orientador

\_\_\_\_\_  
Nedio Seminotti – CRP 07/0529

\_\_\_\_\_  
Local e data

Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Vinícius Sallin – CRP 07/08547

\_\_\_\_\_  
Local e data

Matrícula: 07190838

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Local e data

ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA PARA A REALIZAÇÃO DA  
PESQUISA.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

OF.CEP-1541/08

Porto Alegre, 18 de abril de 2008.

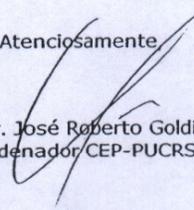
Senhor Pesquisador,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 08/04105 intitulado: **"Relações entre o grupo da segurança e as facções no presídio central de Porto Alegre"**.

Salientamos que seu estudo pode ser iniciado a partir desta data.

Os relatórios parciais e final deverão ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente

  
Prof. Dr. José Roberto Goldim  
Coordenador CEP-PUCRS

Ilmo. Sr.  
Dr. Nédio Seminotti  
Faculdade de Psicologia

PUCRS

Campus Central  
Av. Ipiranga, 6690 – 3º andar – CEP: 90610-000  
Sala 314 – Fone Fax: (51) 3320-3345  
E-mail: [cep@pucrs.br](mailto:cep@pucrs.br)  
[www.pucrs.br/prppg/cep](http://www.pucrs.br/prppg/cep)

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S168f Sallin, Vinícius Ricardo  
As facções e o grupo da segurança no Presídio Central de  
Porto Alegre : relações em um sistema social complexo /  
Vinícius Ricardo Sallin. – Porto Alegre, 2008.  
83 f.

Diss. (Mestrado em Psicologia) – Fac. de Psicologia, PUCRS.  
Orientador: Prof. Dr. Nedio Seminotti.

1. Psicologia. 2. Relações Interpessoais. 3. Grupos  
(Psicologia). 4. Presídio Central de Porto Alegre. 5. Sistema  
Penitenciário. 6. Sistemas Complexos. I. Seminotti, Nedio.  
II. Título.

CDD 158.2

**Bibliotecária Responsável: Dênira Remedi – CRB 10/1779**